Caderno de Encargos

Ajuste Direto ao abrigo do "Acordo Quadro para Aquisição de Autocarros e Miniautocarros elétricos e de ciclo diesel"

CNCM – AQ/57/2022

Cláusula 1ª- Objeto

1. O presente procedimento por Ajuste Direto tem por objeto a aquisição de **1 Autocarro KARSAN E-ATAK Classe II, ao abrigo do Lote 1.2**, ao abrigo do **Acordo Quadro 57/2022** promovido pela Central Nacional de Compras Municipais (CNCM), concretamente:

Lote	Designação	Quantidade
1.2	Autocarro KARSAN E-ATAK Classe II	1

2. A aquisição dos bens mencionados no número anterior, será realizado nos termos e condições constantes do Acordo Quadro **CNCM-AQ-57/2022** ao abrigo do qual é promovido o presente procedimento e ainda do Convite, do presente Caderno de Encargos e da proposta adjudicada, documentos que farão parte integrante do contrato a celebrar.

Cláusula 2ª – Características, Especificações Técnicas e conformidade dos bens

1. Os bens objeto do contrato a celebrar terão de respeitar todas as caraterísticas e especificações técnicas definidas no Acordo Quadro para **"Aquisição de autocarros e miniautocarros elétricos e de ciclo diesel – CNCM-AQ 57/2022"** e respetivos Anexos.
2. A lotação deve cumprir um mínimo de 25 lugares sentados mais 2 lugares sentados amovíveis com opção para cadeira de rodas, devendo estar devidamente preparado, certificado e legalizado para efetuar o transporte de crianças.
3. Os bens a fornecer devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
4. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

Cláusula 3ª - Prazo de Garantia

1. O Cocontratante obriga-se a garantir os bens objeto do contrato a celebrar pelo prazo expressamente definido no Acordo Quadro **CNCM-AQ-57/2022**.
2. No prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data em que a Entidade Adquirente tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, o Cocontratante será notificado para efeitos da respetiva reparação.

3. Para efeitos de garantia, o Cocontratante, deve apresentar um plano de manutenção e assistência técnica dos equipamentos, onde deve constar a periodicidades de manutenção e uma breve descrição da intervenção a realizar.
4. A reparação ou substituição, dos veículos, equipamentos ou peças defeituosas, previstas nos números anteriores devem ser realizadas dentro de um prazo adequado para o efeito, devidamente acordados entre a Entidade Adjudicante e o Cocontratante, em dias úteis, com exceção das situações, que dada a sua complexidade os serviços técnicos entendam não ser possível realizar nesse prazo, estando neste caso obrigados a informar a Entidade Adjudicante por escrito, do prazo previsto para a disponibilização do equipamento.
5. Nas situações previstas na 2ª parte do número anterior, os serviços técnicos definirão o prazo adequado para a respetiva reparação ou substituição, o qual deve ser comunicado por escrito.
6. Sem prejuízo das obrigações de garantia previstas nos números anteriores e da obrigação de manutenção e assistência técnica, o Cocontratante obriga-se ainda a indicar à Entidade Adjudicante, pelo menos uma entidade, dotada de oficinas ou outras estruturas de manutenção, preferencialmente, no distrito da morada de normal uso do equipamento, aptas a assegurar a manutenção e a assistência técnica aos mesmos.
7. A obrigação definida no ponto anterior, pode ser desconsiderada nos casos em que o Cocontratante estabeleça um contrato de fornecimento com manutenção incluída, ou quando dada a especificidade do equipamento não exista no espaço geográfico, definido nos termos do ponto anterior, qualquer entidade com capacidade para desenvolver todas as atividades de manutenção que garantam as condições de garantia, estabelecidas pelo fabricante.
8. A garantia obriga o Cocontratante a substituir ou a reparar, sem quaisquer encargos para a Entidade Adjudicante, os elementos reconhecidos como defeituosos. Esta garantia cobre todos os materiais componentes, órgãos ou peças, ainda que subcontratadas ou adquiridas pelo Fornecedor, salvo casos resultantes de comprovada má utilização.
9. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável e sem grave inconveniente para o Entidade Adjudicante, tendo em conta a natureza do bem e fim a que o mesmo se destina.
10. No prazo máximo de 10 dias, a contar da data em que o Entidade Adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, após intervenção em garantia, o Cocontratante será notificado, para efeitos da respetiva correção da anomalia reincidente.

Cláusula 4ª – Prazo de entrega

1. O prazo máximo de entrega dos bens objeto do contrato a celebrar é de 210 (duzentos e dez) dias.

2. A entrega dos bens objeto do contrato a celebrar será integralmente executada de acordo com o plano de entrega indicado na proposta do Cocontratante, sendo os prazos de entrega considerados a partir da outorga do contrato.
3. Nos casos em que a complexidade de construção, logística, tarefa ou ocorrência previsível influencie os prazos de entrega, as partes podem, excecionalmente e em qualquer altura, acordar prazos diferentes dos previstos na presente cláusula para entrega dos bens objeto do contrato, mas nunca em momento algum esse prazo pode ser redefinido unilateralmente por qualquer das partes.

Cláusula 5ª - Inspeção e Aceitação dos bens / Auto de Receção Provisória

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato a celebrar, a Entidade Adquirente procede à sua inspeção, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no Acordo Quadro **CNCM-AQ-57/2022** e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Caso a inspeção comprove a total conformidade dos bens, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos, será elaborado Auto de Receção Provisória, assinado pelos representantes do Cocontratante e da Entidade Adquirente.

Cláusula 6ª - Receção Definitiva

1. A Entidade Adquirente acompanhada pelo Cocontratante procederá à vistoria dos bens, antes de expirar os prazos de garantia respetivos.
2. Caso da vistoria se comprove que os bens se apresentam em condições de ser aceites terá lugar a receção definitiva.
3. Caso se verifique que os bens não se apresentam em condições de ser aceites, o Cocontratante obriga-se a proceder, às devidas retificações, num prazo a acordar entre as partes, sendo estas da sua inteira responsabilidade.
4. Concluídas estas retificações, proceder-se-á a receção definitiva da parte correspondente, sendo lavrado o respetivo auto.

Cláusula 7ª - Documentação Técnica

1. O Cocontratante obriga-se a entregar, em português, aquando do fornecimento dos bens a seguinte documentação:

a) Manuais de utilização e de conservação do equipamento incluindo a carroçaria e superestrutura, com instruções sobre manutenção e reparação dos veículos, que incluirão, obrigatoriamente, plano de manutenção preventiva estabelecendo as periodicidades de execução das operações, prevendo uma vida útil mínima de 10 (dez) anos.

b) Catálogos de peças e sobresselentes, com localização e referências (órgãos mecânicos, elétricos, hidráulicos ou pneumáticos e carroçaria).

c) Plano de manutenção, compreendendo instrução de lubrificação com esquemas de localização dos pontos a lubrificar.

d) Manuais e catálogos de peças sobresselentes que deverão abranger todos os órgãos e equipamentos acessórios do chassis e carroçaria, quer sejam mecânicos, elétricos, pneumáticos ou hidráulicos.

2. A documentação referida no número anterior deve ser entregue em suporte digital e em suporte impresso.
3. O Cocontratante é responsável pelas falhas em serviço decorrentes da não entrega dos manuais.
4. O Cocontratante compromete-se a manter a Entidade Adquirente permanentemente informada das modificações e alterações que forem sendo introduzidas nos veículos/equipamentos e seus órgãos, pelos respetivos fabricantes, procedendo à entrega dos respetivos documentos atualizados.

Cláusula 8ª - Formação

1. O Cocontratante obriga-se a prestar serviços de formação aos operadores e técnicos de manutenção da Entidade Adquirente.
2. O serviço de formação referido no número anterior será prestado pelo Cocontratante aos operadores selecionados pela Entidade Adquirente no dia imediato à entrega dos bens devendo ser apresentado um plano de formação (35 horas semanais em regime presencial ou remoto) para os operadores, o qual deve incluir uma apresentação da tecnologia e do veículo, formação sobre condução e operação ecológica, económica, deteção e resolução de pequenas anomalias que poderão ocorrer na rotina diária do equipamento e procedimentos gerais de manutenção.
3. A Entidade Adquirente obriga-se a indicar ao Cocontratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do dia seguinte à entrega do primeiro veículo, a identidade dos operadores formandos.
4. São da responsabilidade da Entidade Adquirente os encargos relativos a alojamento, transporte, alimentação e saúde do pessoal formando por si indicado.

Cláusula 9ª - Obrigações do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas no presente caderno de encargos e Acordo Quadro **CNCM-AQ-57/2022**, decorrem para o Cocontratante as seguintes obrigações:
   a) Cumprir com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
   b) Entregar a (s) viatura (s) devidamente homologada (s) e matriculada (s), nos termos da lei e em condições de circulação.
   a) Entregar toda a documentação técnica necessária para boa compreensão do funcionamento dos órgãos ou sistemas que constituem a máquina, com vista ao seu uso, em segurança e planeamento, de toda a manutenção recomendada pelo fabricante;
   b) Informar a Entidade Adquirente de todas as intervenções, de alteração ou melhoria, necessárias, recomendas pelo fabricante;
   c) Sempre que aplicável, disponibilizar viatura de substituição ou cortesia sem custos para a Entidade Adquirente, durante o período de realização das operações de manutenção preventiva. Excluem-se os custos inerentes ao uso, nomeadamente custos energéticos, portagens, coimas da responsabilidade do condutor.
2. Com vista ao planeamento das diferentes operações de manutenção, preventiva sistemática e a garantir disponibilidade máxima dos bens, o Cocontratante obriga-se a ter os stocks devidamente aprovisionados, no máximo em 4 (quatro) dias úteis, relativamente a consumíveis, peças ou outros bens necessários para realizar as operações de manutenção planeada preventiva sistemática.

Cláusula 10ª - Obrigações da Entidade Adquirente

1. Não obstante outras obrigações previstas no presente caderno de encargos e Acordo Quadro **CNCM-AQ-57/2022**, a Entidade Adquirente obriga-se a:
   a) Pagar ao Cocontratante, pela aquisição dos bens objeto do contrato, o preço constante na proposta adjudicada.
   b) Usar as viaturas com zelo e para os fins que foi projetada e concebida, sendo da sua responsabilidade o pagamento de todas as despesas decorrentes de mau uso, nomeadamente para fins diferentes dos para os quais foi concebida, ou outros que a lei proíba.
   c) Realizar todas as operações de manutenção preventiva, de acordo com as recomendações do fabricante, sendo da sua responsabilidade os custos decorrentes do

desrespeito das instruções constantes na documentação técnica que o fornecedor se obriga a entregar.

2. Com vista ao cumprimento integral dos compromissos relacionados com as viaturas de substituição ou cortesia, por parte do Cocontratante, a Entidade Adquirente obriga-se a realizar todas as manutenções, apenas e só, em oficinas recomendadas e autorizadas pelo Cocontratante.
3. Com vista ao planeamento de toda a logística necessária para realização das intervenções de manutenção preventiva, a Entidade Adquirente obriga-se a informar o Cocontratante, com antecedência mínima de 6 (seis) dias úteis, da necessidade de realização da intervenção.

Cláusula 11ª – Preço Base

Pela aquisição dos bens objeto do contrato a celebrar a Entidade Adquirente dispõe-se a pagar o(s) seguinte(s) preço(s) máximos, os quais não incluem IVA:

Lote	Designação	Quantidade	Valor Unitário em Euros (S/ IVA)	Preço Total em Euros (S/IVA)
1.2	1 Autocarro KARSAN E-ATAK Classe II	1	354.000	354.000

Cláusula 12ª – Preço contratual e condições de pagamento

1. Pela aquisição dos bens objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações nele constantes e no Acordo Quadro **CNCM-AQ-57/2022**, a Entidade Adquirente pagará ao Cocontratante o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adquirente nomeadamente, deslocação de meios humanos, alimentação, transportes, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como outros encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço referido no número 1 será pago pela Entidade Adquirente no prazo de **60 dias** após receção da respetiva fatura.
4. A emissão de faturas eletrónicas por parte do Cocontratante deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, assim como as disposições vertidas na Lei dos Compromissos e pagamentos em Atraso.

Cláusula 13ª – Sanções contratuais

1. O incumprimento das obrigações contratuais por parte do Cocontratante, por facto que lhe seja imputável, poderá dar lugar à aplicação de sanções pecuniárias até ao valor limite de 20% (vinte por cento) do preço contratual, sem prejuízo do direito de resolução do contrato nos termos previstos na cláusula seguinte.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, poderão ser aplicadas pela Entidade Adquirente ao Cocontratante, sanções pecuniárias pelo incumprimento da data prevista para a entrega dos bens objeto do contrato a celebrar prevista na cláusula 4ª do presente caderno de encargos no montante de € 50 (cinquenta euros) por cada dia de atraso.
3. O valor das sanções pecuniárias pode ser reduzido ao preço contratualizado.

Cláusula 14ª – Resolução Sancionatória

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo Cocontratante previstas no presente caderno de Encargos e Acordo Quadro, as Entidades Adquirentes poderão resolver o contrato, a título sancionatório, nos seguintes casos:
    a) Incumprimento definitivo por facto imputável ao Cocontratante;
    b) Incumprimento, por parte do Cocontratante, de ordens diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução de prestações contratuais;
    c) Oposição reiterada do Cocontratante ao exercício dos poderes de fiscalização da Entidade Adquirente;
    d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos previstos na lei, desde que a exigência pelo Cocontratante das obrigações assumidas pela Entidade Adquirente contrarie o princípio da boa fé;
    e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no número 1 da cláusula anterior;
    f) Incumprimento pelo Cocontratante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes aos Contratos;
    g) O Cocontratante se apresentar à insolvência ou esta seja declarada pelo Tribunal.
2. O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais.
3. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do Cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo da Entidade Adquirente poder executar eventuais garantias prestadas pelo Cocontratante.

Cláusula 15ª - Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pela Entidade Adquirente previstas no presente caderno de encargos e Acordo Quadro e independentemente do direito a indeminização, o Cocontratante tem o direito de resolver os Contratos nas seguintes situações:
    a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
    b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adquirente;
    c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Entidade Adquirente por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco porcento) do preço contratual, excluindo juros;
    d) Incumprimento pela Entidade Adquirente de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
2. O direito à resolução previsto na presente cláusula é exercido por via judicial, exceto no caso previsto na alínea c) do número anterior, o qual é exercido mediante declaração enviada à Entidade Adquirente, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a Entidade Adquirente cumprir com as obrigações em atraso.

Cláusula 16ª- Encargos com Direitos de Propriedade Intelectual ou Industrial

São da responsabilidade do Cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato a celebrar, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

Cláusula 17ª- Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas co contrato.
2. Entende-se por fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. Podem constituir casos de força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins, determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituem casos de força maior, designadamente:
    a. Greves ou conflitos laborais limitados ao Cocontratante, às sociedades dos Cocontratantes ou a grupos de sociedades em que estes se integrem, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

b. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelos Cocontratantes dos deveres ou ónus que sobre eles recaiam;
c. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
d. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
e. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
f. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;

5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.
6. A situação de força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18ª- Cessão e Subcontratação nos Contratos Celebrados ao Abrigo do Acordo Quadro

A cessão da posição contratual e subcontratação é regulada pelo disposto no CCP, dependendo sempre da autorização prévia e por escrito da Entidade Adquirente.

Cláusula 19ª- Comunicações e Notificações

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre a Entidade Adquirente e o Cocontratante devem ser efetuadas através de correio eletrónico com aviso de entrega, carta registada simples ou com aviso de receção, ou fax.
2. Qualquer comunicação ou notificação feita por carta registada simples considera-se recebida na data de depósito indicada pelos serviços postais e por carta registada com aviso de receção, na data em que for assinado o aviso.
3. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

CNCM AQ/57/2022

Acordo Quadro para Aquisição de Autocarros e Miniautocarros elétricos e de ciclo diesel – Lotes/Opcionais 1.2, 1.4, 1.5, 1.6, 2.3 e 2.4

ENTRE:

MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E. M., S.A., pessoa coletiva n.º 504 475 606, com sede em Taguspark, Edifício Ciência II, nº 11, 3º Piso B, 2740-120 Porto Salvo, na qualidade de entidade gestora da **CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS MUNICIPAIS ("CNCM"),** aqui representada por Fernando do Nascimento Trigo, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, doravante designada por **"Entidade Gestora"**

E

UIC – UNIDADE DE INDÚSTRIA AUTO MECÂNICA DO CENTRO, S.A., pessoa coletiva n.º 502523069, com sede na Rua dos Pinheiros, 309, 6100-266 Cernache do Bonjardim, aqui representada por Nuno Pedro Leitão da Costa Melo, na qualidade de Sócio Gerente, doravante designada por **"Cocontratante"**

Ambas, adiante também designadas, em conjunto, por "**Partes**",

Considerando que:

a) No dia 17 de fevereiro de 2022, foi tomada, pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora, a decisão de contratar um Acordo Quadro para Aquisição de Autocarros e Miniautocarros elétricos e de ciclo diesel, que determinou o recurso ao procedimento pré-contratual por concurso público com publicação de anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia;

b) O Concurso Público, conduzido pela Central Nacional de Compras Municipais, tinha por objetivo a seleção de cocontratantes para a celebração de Acordo Quadro para Aquisição de Autocarros e Miniautocarros elétricos e de ciclo diesel e compreendia os seguintes lotes/opcionais:

   a. Lote 1 - Miniautocarros e autocarros elétricos de condução autónoma

      i. Opcional 1.1 - Miniautocarro elétrico de comprimento máximo até 7 m e lotação mínima de 14 Lug. Sent.+ 10 Lug. Pé + 1 PMR, Classe I;

ii. Opcional 1.2 - Miniautocarro elétrico de comprimento máximo até 8,4 m e lotação mínima de 21 Lug. Sent.+ 25 Lug. Pé + 1 PMR, Classe I;

iii. Opcional 1.3 - Autocarro elétrico de peso bruto inferior a 15.000 kg e lotação mínima de 25 Lug. Sent.+ 10 Lug. Pé + 1 PMR, Classe I;

iv. Opcional 1.4 - Miniautocarro elétrico de comprimento máximo até 8,5 m e lotação mínima de 21 Lug. Sent.+ 25 Lug. Pé + 1 PMR e superestrutura monocoque;

v. Opcional 1.5 - Autocarro elétrico de condução autónoma, no mínimo de nível 4;

vi. Opcional 1.6 - Miniautocarro elétrico de comprimento máximo até 6 m e lotação mínima de 12 Lugares Sentados, Classe B e categoria M2 ou M3;

vii. Opcional 1.7 - Miniautocarro elétrico de comprimento máximo até 7 m e lotação mínima de 14 Lugares Sentados, Classe II ou III e superestrutura monocoque;

viii. Opcional 1.8 - Autocarro elétrico de comprimento máximo até 9,3 m e lotação mínima de 26 Lugares Sentados, Classe II ou III e superestrutura monocoque;

ix. Opcional 1.9 - Autocarro elétrico de comprimento máximo até 9,5 m e lotação mínima de 39 Lugares Sentados, Classe II ou III e superestrutura monocoque;

x. Opcional 1.10 - Autocarro elétrico de comprimento máximo até 12,5 m e lotação mínima de 44 Lugares Sentados, Classe II ou III e superestrutura monocoque;

b. Lote 2 - Miniautocarros de ciclo diesel

i. Opcional 2.1 - Miniautocarro de ciclo diesel de comprimento máximo de 6 m, classe A ou B, caixa de velocidades manual, lotação mínima de 9 lugares sentados e capacidade de operar em declives superiores a 25%;

ii. Opcional 2.2 - Miniautocarro de ciclo diesel de comprimento máximo de 6 m, classe A ou B, caixa de velocidades automática ou automatizada, lotação mínima de 9 lugares sentados e capacidade de operar em declives superiores a 25%;

iii. Opcional 2.3 - Autocarro de ciclo diesel de comprimento máximo de 8,4 m, classe II ou III, caixa de velocidades automática ou automatizada, lotação mínima de 23 lugares sentados;

iv. Opcional 2.4 - Autocarro de ciclo diesel de comprimento máximo de 8,4 m, classe II ou III, caixa de velocidades automática ou automatizada, lotação mínima de 27 lugares sentados;

v. Opcional 2.5 - Autocarro de ciclo diesel de comprimento máximo de 8,4 m, classe II ou III, caixa de velocidades automática ou automatizada, lotação mínima de 29 lugares sentados.

c) Em 14 de abril de 2022, o Cocontratante apresentou proposta para os lotes/opcionais 1.2, 1.4, 1.5, 1.6, 2.3 e 2.4 do concurso público;

d) Por decisão do Conselho de Administração da Entidade Gestora, datada de 17 de maio de 2022, foi adjudicada a proposta apresentada pelo aqui Cocontratante relativamente aos lotes/opcionais 1.2, 1.4, 1.5, 1.6, 2.3 e 2.4.

e) Por decisão do Conselho de Administração da Entidade Gestora de 19 de maio de 2022 foi aprovada a minuta do presente Acordo Quadro.

É celebrado o presente Acordo Quadro, que se rege nos termos dos considerandos supra e cláusulas seguintes:

PARTE I – Do Acordo Quadro

Secção I – Disposições Gerais

Cláusula 1ª

(Definições)

Para efeitos do presente Acordo Quadro entende-se por:

a) **Acordo Quadro** – O presente contrato celebrado entre a Entidade Gestora, Entidades Adquirentes que a integram e o Cocontratante com vista a disciplinar relações contratuais futuras a estabelecer ao longo de um determinado período de tempo, mediante a fixação antecipada dos respetivos termos;

b) **Contrato** – Todo aquele a celebrar entre a Entidade Gestora ou Entidades Adquirentes e os Cocontratante, nos termos do presente Acordo Quadro;

c) **Cocontratante** – O adjudicatário do Acordo Quadro e dos Contratos a celebrar ao seu abrigo;

d) **Entidade Gestora –** Municípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A., entidade gestora da Central Nacional de Compras Municipais (CNCM) nos termos do Regulamento 548/2016, de 2 de Junho pulicado na Serie II do Diário da República n.º 106/2016, Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central Nacional de Compras Municipais.

e) **Entidades Adquirentes** – Qualquer das entidades que integre a Central Nacional de Compras Municipais (CNCM), em cada momento;

f) **Gestor de Contrato** – Responsável único nomeado pelo cocontratante, para gestão do Acordo Quadro em articulação com a Entidade Gestora e gestão dos Contratos celebrados ao abrigo do novo Acordo Quadro;

g) **CNCM** - Central Nacional de Compras Municipais, central de compras instituída ao abrigo do disposto nos artigos 260º a 262º do Código dos Contratos Públicos, conforme Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central Nacional de Compras Municipais (CNCM), publicado como Regulamento 548/2016, de 2 de Junho na Serie II do Diário da república n.º 106/2015;

Cláusula 2ª

(Objeto do Acordo Quadro)

1. O presente Acordo Quadro e seus anexos estabelecem as condições jurídicas, técnicas e económicas para a aquisição de autocarros e miniautocarros elétricos e a ciclo diesel, concretamente:
    a) Opcional 1.2 - Miniautocarro elétrico de comprimento máximo até 8,4 m e lotação mínima de 21 Lug. Sent.+ 25 Lug. Pé + 1 PMR, Classe I;
    b) Opcional 1.4 - Miniautocarro elétrico de comprimento máximo até 8,5 m e lotação mínima de 21 Lug. Sent.+ 25 Lug. Pé + 1 PMR e superestrutura monocoque;
    c) Opcional 1.5 - Autocarro elétrico de condução autónoma, no mínimo de nível 4;
    d) Opcional 1.6 - Miniautocarro elétrico de comprimento máximo até 6 m e lotação mínima de 12 Lugares Sentados, Classe B e categoria M2 ou M3;
    e) Opcional 2.3 - Autocarro de ciclo diesel de comprimento máximo de 8,4 m, classe II ou III, caixa de velocidades automática ou automatizada, lotação mínima de 23 lugares sentados;

f) Opcional 2.4 - Autocarro de ciclo diesel de comprimento máximo de 8,4 m, classe II ou III, caixa de velocidades automática ou automatizada, lotação mínima de 27 lugares sentados;

2. O presente Acordo Quadro disciplina as relações contratuais futuras a estabelecer entre o Cocontratante, a Entidade Gestora e as Entidades Adquirentes.
3. Quaisquer outras entidades que venham a integrar a CNCM, após assinatura do Acordo Quadro resultante do presente procedimento, podem aderir ao mesmo, nos termos legalmente permitidos, e efetuar as suas aquisições nas condições estabelecidas no presente Acordo Quadro.
4. O recurso, pelas Entidades Adquirentes, ao presente Acordo Quadro é facultativo.
5. O Cocontratante fornecerá os bens e prestará os serviços objeto do presente Acordo Quadro cumprindo com as obrigações, requisitos e especificações técnicas previstas neste clausulado, no Caderno de Encargos e legislação aplicável.

Cláusula 3ª

(Documentos do Acordo Quadro)

1. O presente Acordo Quadro será celebrado por escrito e é constituído pelo respetivo clausulado e seus Anexos.
2. Fazem, ainda, parte integrante do presente Acordo Quadro os seguintes documentos:
    a. Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos Concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
    b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
    c. O Caderno de Encargos;
    d. A proposta adjudicada;
    e. Os esclarecimentos prestados pelo Cocontratante sobre a proposta adjudicada.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do presente Acordo Quadro e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no Artº 99º do Código dos Contratos Públicos ("CCP") e aceites pelos Cocontratantes nos termos do disposto no Artº 101º do CCP.

Cláusula 4ª

(Preço)

Pela aquisição dos bens objeto do presente Acordo Quadro as Entidades Adquirentes dispõem-se a pagar os preços unitários indicados, para cada Lote, no **Anexo I** que não incluem IVA.

Cláusula 5ª

(Revisão de Preços)

1. Tendo em consideração o momento de transição energética que vivemos, e considerando também a imprevisibilidade de custos associados à referida transição e à evolução tecnológica dos bens objeto do presente Acordo Quadro e custos associados, admite-se, ao longo da vigência do Acordo Quadro, uma alteração de preços até ao máximo de 15% (quinze por cento), designadamente quando existam, comprovadamente, alterações dos modelos automóveis, do ponto de vista de eficiência e melhoria de desempenho energético e/ou redução de emissões poluentes, como a melhoria e evolução de tecnologias, diretamente ligadas ao desempenho, eficiência e autonomia da viatura.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, poderá haver lugar à revisão dos preços, por acordo, por alteração anormal das circunstâncias decorrente de factos alheios às Partes, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do art. 314º do CCP.

Cláusula 6ª

(Prazo de Vigência)

1. O presente Acordo Quadro tem a duração de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, e considera-se renovado por períodos de 12 (doze) meses, se nenhuma das partes o denunciar mediante notificação à outra parte por carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação ao seu termo.
2. Após a renovação a que se refere o número anterior, a denúncia do Acordo Quadro pode ser efetuada a qualquer momento pela Entidade Gestora, desde que seja precedida de notificação à outra parte, por carta registada com aviso de receção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do termo pretendida.
3. O prazo máximo de vigência do Acordo Quadro, incluindo renovações, é de 4 (quatro) anos.

Secção II – Obrigações das Partes na Gestão e Acompanhamento do Acordo Quadro

Cláusula 7ª

(Obrigações da Entidade Gestora)

Constituem obrigações da Entidade Gestora:

a) Gerir, acompanhar e promover a atualização do presente Acordo Quadro;

b) Estabelecer linhas orientadoras e disponibilizar minutas de peças procedimentais às Entidades Adquirentes;

c) Supervisionar a execução dos contratos, designadamente realizando auditorias e tratando a informação recebida pelas Entidades Adquirentes e pelo Cocontratante.

Cláusula 8ª

(Obrigações do Cocontratante)

Não obstante outras obrigações previstas neste clausulado, no Caderno de Encargos e no Código dos Contratos Públicos (CCP), constituem obrigações do Cocontratante:

a) Cumprir com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;

b) Permitir que as Entidades Adquirentes e a Entidade Gestora realizem testes de validação das características e desempenho dos bens propostos;

c) Comunicar à Entidade Gestora qualquer facto que ocorra durante a execução do presente Acordo Quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos e moradas para a gestão do Acordo Quadro;

d) Comunicar à Entidade Gestora e às Entidades Adquirentes a nomeação do Gestor de Contrato responsável pela gestão do presente Acordo Quadro e dos Contratos celebrados ao abrigo do mesmo, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias;

e) Comunicar à Entidade Gestora e às Entidades Adquirentes, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;

f) Remunerar a Entidade Gestora nos termos previstos no presente Acordo Quadro;

g) Produzir e enviar relatórios de faturação à Entidade Gestora, nos termos previstos no presente Acordo Quadro, retificando-os sempre que sejam detetadas irregularidades nos valores apresentados;

h) Para efeitos de habilitação nos procedimentos de aquisição ao abrigo do presente Acordo Quadro, manter permanentemente atualizados os documentos de habilitação para consulta por parte das Entidades Adquirentes em sistema a disponibilizar pela Entidade Gestora e de acordo com procedimento a definir por esta;

i) Sempre que solicitado pela Entidade Gestora, disponibilizar declaração emitida por um Revisor Oficial de Contas ou pela entidade fiscalizadora das contas da empresa, na qual se certifiquem os valores comunicados nos relatórios de faturação entregues, relativos aos procedimentos realizados ao abrigo do presente Acordo Quadro;

j) Proceder à atualização dos bens e serviços disponibilizados, colaborando com a Entidade Gestora em qualquer ação desencadeada para a atualização do Acordo Quadro, nos termos previstos neste clausulado;

k) Apresentar proposta a todos os convites lançados ao abrigo do presente Acordo Quadro, salvo no caso previsto nos n.ºs 8 e 9 da Cláusula 48ª;

l) Fornecer os bens e prestar os serviços conforme as condições definidas no presente Acordo Quadro e demais documentos contratuais;

m) Apresentar propostas com preços unitários iguais ou inferiores aos estabelecidos no presente Acordo Quadro e os quais resultam do valor pelo qual a proposta do Cocontratante foi adjudicada;

n) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às propostas, não apresentando propostas condicionadas ou que possam ter custos indiretos ou futuros que não se encontrem previstos nos procedimentos pré-contratuais;

o) Não alterar as condições do fornecimento dos bens fora dos casos previstos no presente Acordo Quadro:

p) Garantir que os bens são fornecidos com todo o equipamento exigido de acordo com as especificações do presente Acordo Quadro e Caderno de Encargos;

q) Garantir a operacionalidade dos bens fornecidos;

r) Manter sigilo e garantir confidencialidade;

s) Ser detentor, ou ter disponível veículo de demonstração, ensaios e/ou testes dos bens objeto do presente Acordo Quadro;

t) Disponibilizar o veículo indicado nos termos da alínea anterior, sempre que uma qualquer Entidade aderente da CNCM, Entidade Gestora ou outra designada por esta o

solicite, bem como toda a informação sobre a construção, órgãos assemblados, materiais utilizados e características especificas de determinados componentes ou órgãos sempre que solicitado por escrito, por qualquer das entidades anteriormente referidas;

u) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas nos contratos.

Cláusula 9ª

(Obrigações das Entidades Adquirentes)

1. Não obstante outras obrigações previstas no presente Acordo Quadro e Caderno de Encargos constituem obrigações das Entidades Adquirentes;
    a) Ao celebrar os contratos com o Cocontratante, fazê-lo nas condições expressas no presente Acordo Quadro e de acordo com as regras previstas na cláusula 48ª e seguintes;
    b) Reportar à Entidade Gestora toda a informação relativa à contratação realizada ao abrigo do presente Acordo Quadro e respetivos pagamentos efetuados até 10 (dez) dias úteis após a adjudicação e sempre que lhes seja solicitado, no mesmo prazo;
    c) Monitorizar o cumprimento contratual no que respeita às respetivas condições e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;
    d) Reportar os resultados da monitorização referida na alínea anterior e comunicar, em tempo útil, à Entidade Gestora, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do presente Acordo Quadro ou dos Contratos celebrados ao seu abrigo;
    e) Facultar toda a informação relativa aos fornecimentos e serviços prestados ao abrigo do presente Acordo Quadro, sempre que lhe seja solicitado pela Entidade Gestora;
    f) Comunicar ao Cocontratante a nomeação de um responsável pela gestão dos Contratos celebrados ao abrigo do presente Acordo Quadro, bem como quaisquer alterações relativas a essa nomeação.
2. A informação referida na alínea b) do número anterior deve ser enviada através de relatórios de contratação elaborados, em formato XLS, e remetidos, para o e-mail da Entidade Gestora: info@centralconnect.pt.

Cláusula 10ª

(Conformidade e operacionalidade dos bens)

1. O Cocontratante obriga-se a fornecer os bens objeto do presente Acordo Quadro com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Acordo Quadro, Caderno de Encargos e na lei.
2. Os bens objeto do presente Acordo Quadro devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

Cláusula 11ª

(Relatórios de Faturação)

1. O Cocontratante deve enviar mensalmente à Entidade Gestora relatórios com indicação das faturas emitidas no âmbito dos Contratos celebrados ao abrigo do presente Acordo Quadro, em formato XLS, através do e-mail: info@centralconnect.pt.
2. Os relatórios a entregar pelo Cocontratante devem conter todos os dados e cumprir todas as formalidades exigidas pelo suporte eletrónico a que se refere o número anterior.
3. Caso sejam detetadas irregularidades ou não sejam apresentados os relatórios no prazo fixado para o efeito, a Entidade Gestora notifica o Cocontratante para, num prazo não superior a 5 (cinco) dias, emitir o relatório em falta ou corrigir a informação no relatório enviado.
4. Os relatórios de faturação devem ser enviados à Entidade Gestora, até ao dia 10 do mês subsequente ao final do mês a que digam respeito.

Cláusula 12ª

(Remuneração da Entidade Gestora)

1. O Cocontratantes remunera a Entidade Gestora, com uma periodicidade mensal, pelos serviços de gestão, supervisão e comunicação, prestados no âmbito das suas atribuições e relacionados com o presente Acordo Quadro, por um valor correspondente a 2% (dois

por cento) sobre o total de faturação emitida, sem IVA, às Entidades Adquirentes, ao abrigo do presente Acordo Quadro;

2. A Entidade Gestora emitirá a fatura correspondente ao período em causa após receção dos relatórios de faturação, devendo o pagamento em causa ser efetuado pelo Cocontratante até ao 30º dia a contar da data de receção da fatura.

Cláusula 13ª

(Auditorias)

A qualquer momento a Entidade Gestora, as Entidades Adquirentes, ou outras entidades por estas mandatadas para o efeito, podem solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade da execução dos contratos e cumprimento das obrigações legais e, quando justificado, aplicar as devidas sanções e penalidades ou, quando aplicável, reportar as ocorrências detetadas às instâncias competentes.

Cláusula 14ª

(Atualização do Acordo Quadro)

1. A Entidade Gestora promoverá a atualização dos bens e serviços a adquirir ao abrigo do presente Acordo Quadro, modificando-os ou substituindo-os por outros, desde que se mantenha o tipo de prestação e os objetivos dos mesmos, mediante consulta ao Cocontratante, nos termos e em calendário a definir.
2. A atualização deve respeitar o seguinte:
    a) Os bens e serviços devem obedecer, no mínimo, aos requisitos e demais condições previstas no presente Acordo Quadro e Caderno de Encargos;
    b) O preço atualizado não poderá ser superior ao anteriormente fixado, salvo quando resulte de alterações circunstanciais supervenientes que devem ser devidamente comprovadas.
3. Sem prejuízo do previsto no número 1, o Cocontratante pode requerer a atualização dos bens e serviços, comunicando à Entidade Gestora essa intenção com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração, sempre que qualquer circunstância assim o determine.

4. Qualquer alteração só se considera válida quando forem devolvidos ao Cocontratante os documentos de atualização devidamente assinados pela Entidade Gestora e só produzirá efeitos após a sua publicitação.
5. O Cocontratante não pode apresentar propostas em procedimentos lançados ao abrigo do presente Acordo Quadro com bens ou serviços que não tenham sido previamente aprovados pela Entidade Gestora e publicitados.
6. Cabe à Entidade Gestora proceder à aprovação e à publicitação das alterações previstas nos números anteriores.

Secção III – Sanções, Suspensão do Acordo Quadro e Resolução Sancionatória

Cláusula 15ª

(Suspensão do Acordo Quadro)

1. A Entidade Gestora pode, a qualquer momento, por motivos de interesse público suspender total ou parcialmente a execução do presente Acordo Quadro.
2. A suspensão do Acordo Quadro produz efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação do Cocontratante, salvo se da referida notificação constar expressamente a data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.
3. A suspensão do Acordo Quadro poderá ser levantada pela Entidade Gestora em qualquer altura.
4. O Cocontratante não poderá reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão parcial ou total do presente Acordo Quadro.
5. A suspensão do Acordo Quadro não determina a suspensão ou revogação dos procedimentos já lançados ao abrigo do mesmo nem tem qualquer impacto nos contratos em execução.

Cláusula 16ª

(Sanções Pecuniárias por Incumprimento das Obrigações dos Cocontratantes na Gestão e Acompanhamento do Acordo Quadro)

1. O incumprimento da obrigação prevista na cláusula 11ª do presente Acordo Quadro confere à Entidade Gestora o direito a ser indemnizada através da aplicação de uma sanção pecuniária de € 50 (cinquenta euros), por cada relatório em falta e dia de atraso.

2. Caso se verifique que os valores apresentados nos relatórios de faturação são inferiores aos valores efetivamente faturados às Entidades Adquirentes, será aplicada uma sanção pecuniária correspondente a 1% (um por cento) da diferença entre os valores efetivamente faturados e os que deveriam ter sido faturados.

Cláusula 17ª

(Resolução Sancionatória por Incumprimento Contratual)

1. O incumprimento, por parte do Cocontratante, das obrigações constantes no presente Acordo Quadro, nos Contratos celebrados ao seu abrigo ou nos demais documentos contratuais, confere à Entidade Gestora o direito à resolução do Acordo Quadro.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, e sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, consubstancia incumprimento a verificação de qualquer das seguintes situações, em relação ao Cocontratante:
    a. Incumprimento de normas legais ou regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
    b. Incumprimento das obrigações relativas ao pagamento de contribuições à administração fiscal ou à segurança social;
    c. Prestação de falsas declarações;
    d. Não apresentação de proposta aos convites efetuados pelas Entidades Adquirentes ao abrigo do presente Acordo Quadro;
    e. Apresentação de proposta não válida, condicionada ou que possa ter custos indiretos ou futuros que não se encontrem previstos nos procedimentos pré-contratuais;
    f. Incumprimento da obrigação de remuneração à Entidade Gestora;
    g. Incumprimento da obrigação de apresentação dos relatórios de faturação;
    h. Incumprimento da obrigação de celebração dos contratos ao abrigo do presente Acordo Quadro nas condições aqui previstas;
    i. Recusa no fornecimento e/ou prestação dos serviços objeto do presente Acordo Quadro às Entidades Adquirentes;
    j. Incumprimento das condições e requisitos técnicos previstos no presente Acordo Quadro e Caderno de Encargos;
    k. Incumprimento das obrigações que resultam dos contratos celebrados ao abrigo do presente Acordo Quadro;

3. Para efeitos do disposto nas alíneas d), i), j) e k) do número anterior, considera-se haver incumprimento definitivo suscetível de aplicação de sanção de resolução sancionatória quando, após notificação e concessão de prazo para o cumprimento da obrigação em falta, o Cocontratante continuar a incorrer em incumprimento.
4. A sanção de resolução é notificada ao Cocontratante por carta registada com aviso de receção com a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos devendo a mesma ser publicitada.
5. A resolução do presente Acordo Quadro por incumprimento do Cocontratante só produz efeitos em relação aos procedimentos iniciados após a publicitação da respetiva decisão.
6. O direito à resolução sancionatória do Acordo Quadro por parte da Entidade Gestora não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais.

PARTE II – Aquisições de bens e serviços ao abrigo do Acordo Quadro

Secção I - Descrição Genérica dos bens a fornecer, Especificações Mínimas, Serviços Associados e Obrigações Gerais das Partes

Cláusula 18ª

(Descrição genérica dos bens a fornecer)

1. Os bens a fornecer pelo Cocontratante no âmbito do presente Acordo Quadro correspondem a:
    a) Miniautocarro elétrico de comprimento máximo até 8,4 m e lotação mínima de 21 Lug. Sent.+ 25 Lug. Pé + 1 PMR, Classe I;
    b) Miniautocarro elétrico de comprimento máximo até 8,5 m e lotação mínima de 21 Lug. Sent.+ 25 Lug. Pé + 1 PMR e superestrutura monocoque;
    c) Autocarro elétrico de condução autónoma, no mínimo de nível 4;
    d) Miniautocarro elétrico de comprimento máximo até 6 m e lotação mínima de 12 Lugares Sentados, Classe B e categoria M2 ou M3;
    e) Autocarro de ciclo diesel de comprimento máximo de 8,4 m, classe II ou III, caixa de velocidades automática ou automatizada, lotação mínima de 23 lugares sentados e;

f) Autocarro de ciclo diesel de comprimento máximo de 8,4 m, classe II ou III, caixa de velocidades automática ou automatizada, lotação mínima de 27 lugares sentados;

2. Os bens objeto do presente Acordo Quadro serão fornecidos em estado novo, com ou sem acessibilidade a utilizadores com mobilidade reduzida (PMR), de acordo com as especificações técnicas melhor definidas no **Anexo II.**
3. Os bens identificados no número 1, têm de ser homologados na categoria europeia M2 ou M3, Classe A, I, II ou III, cumprindo todos os requisitos relativos ao transporte público coletivo de passageiros e ao acesso facilitado de pessoas com mobilidade reduzida, em conformidade com a legislação portuguesa e europeia em vigor sobre a matéria, devidamente legalizados e de acordo com as condições e especificações técnicas definidas no presente Acordo Quadro e Caderno de Encargos.
4. As viaturas têm de ser fornecidas, em conformidade com a legislação portuguesa e europeia, em vigor sobre a matéria, devidamente legalizadas.
5. O acesso de cadeira de rodas ao interior do veículo tem de ser garantido por uma rampa manual móvel, com sistema de robustez adequada, de fácil utilização e certificada.
6. Quando o acesso de cadeira de rodas não seja possível de realizar, nos termos definidos no ponto anterior, este deve ser realizado com o recurso a sistemas de elevação da rampa, ou outros, que permitam integrar o lugar designado por PMR na carroçaria.
7. A capacidade de carga da rampa, plataforma ou elevador cuja função é permitir o acesso do PMR à viatura, deverá ser definida em conjunto com a Entidade Adquirente, por forma a garantir que a mesma se adequa às especificidades do veículo, assim como da utilização pretendida.

Cláusula 19ª

(Características dos bens a fornecer)

1. Sem prejuízo de outras exigências previstas no presente Acordo Quadro e Caderno de Encargos, as viaturas a fornecer ao abrigo do presente Acordo Quadro têm de apresentar as seguintes características:
   a) Ser construídas segundo as regras definidas na Legislação Portuguesa e Europeia em vigor, nomeadamente cumprir o regulamento ECE-R 66/02;
   b) A carroçaria tem de ser construída com recurso a materiais que lhe confira elevada resistência à corrosão, conforme descrito no **Anexo II**. No entanto,

quando as superestruturas sejam fabricadas com recurso ao uso de metais ferrosos, tipo Aço carbono, estas devem ser, obrigatoriamente, sujeitas a tratamentos anticorrosivos integrais que lhe confiram maior durabilidade e resistência à corrosão, pelo processo de imersão integral da superestrutura na solução;

c) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, admite-se a substituição de superestrutura em Aço Inox ou Alumínio, por outros materiais desde que o tratamento anticorrosivo lhe confira, no mínimo, um ciclo de vida útil de 15 anos sem intervenção de meio ciclo de vida da superestrutura;

d) Todos os materiais utilizados têm de conferir elevada durabilidade da carroçaria.

e) A carroçaria tem de ser contruída com estruturas modulares, por forma a facilitar a sua substituição de forma fácil e rápida de painéis em caso de colisão;

f) A carroçaria e os seus componentes, devem ter durabilidade mínima de 12 (doze) anos, devendo o fabricante fornecer um plano com o esquema completo de manutenção preventiva;

g) A carroçaria tem de ser insonorizada e isolada termicamente, de modo a reduzir a passagem de ruído para o interior e a manter aí a temperatura dentro dos limites de conforto, o concorrente deve indicar as características dos materiais utilizados para o efeito;

h) A carroçaria dotada de sistema de ar condicionado climatizado para os compartimentos dos passageiros e do motorista;

i) O compartimento de passageiros poderá dispor de ventilação forçada através de claraboia (s) ventiladora (s) no tejadilho;

j) O veículo deve estar dotado de aquecimento para compartimento dos passageiros;

k) O pavimento deve ser antiderrapante, resistente ao desgaste e de fácil limpeza;

l) O tejadilho deve ser revestido de modo a evitar vibrações e a garantir uma boa vedação à água;

m) O painel principal tem de ser em material resistente à corrosão.

n) O corpo do painel principal tipicamente é construído em fibra, no entanto quando em alguns casos se usa materiais metálicos devem ser tais que por si mesmos sejam resistentes à corrosão (ex: alumínio), no entanto quando não

forem, tem de sofrer tratamentos anticorrosivos, como o exigido para a superestrutura.

2. Sem prejuízo do previsto noutras cláusulas do presente Acordo Quadro, o Cocontratante obriga-se a assegurar que os bens e serviços fornecidos ao abrigo do do Acordo Quadro estão de acordo com os requisitos técnicos definidos no **Anexo II**.

Cláusula 20ª

(Caixa de Velocidades)

Os bens a fornecer ao abrigo do presente Acordo Quadro, serão equipados com Caixa de velocidades automática, com comando eletrónico integral, com conversor de binário e retardador hidráulico incorporado.

Cláusula 21ª

(Sistema de Travagem)

O sistema de travagem dos bens a fornecer ao abrigo do presente Acordo Quadro terá de ser composto, no mínimo, com dois circuitos independentes, com sistema ABS (anti bloqueio), EBS e ASR (controlo de tração).

Cláusula 22ª

(Direção)

1. A direção dos bens a fornecer ao abrigo do presente Acordo Quadro tem de ser:
    a. À esquerda e ser servo-assistida;
    b. Assistida hidraulicamente, ou com sistema equivalente, e ter volante ajustável.
2. A coluna da direção tem de ter dispositivo de regulação de altura e inclinação, a regulação da coluna deve ser possível apenas com travão de parque acionado.

Cláusula 23ª

(Portas)

1. Nas viaturas a fornecer ao Abrigo do presente Acordo Quadro, tem de existir, pelo menos, uma porta de serviço, situada do lado direito do autocarro, com o acionamento e o comando elétrico, ou pneumático.

2. Os comandos de emergência têm de ter atuação elétrica ou pneumática.
3. As portas têm de ter dispositivo anti-entalamento.
4. Tem de ser previsto um sistema que não permita a deslocação da viatura com a porta aberta.
5. Quando o veículo possua duas portas ou mais de serviço, o sistema não deve permitir a circulação do veículo com a segunda ou terceira porta aberta.
6. Tem que existir sinal sonoro indicativo do fechamento da porta.
7. As portas têm de ser silenciosas e sem folgas, de forma a proporcionar um fechamento perfeito e com boa vedação.
8. Tem de ser garantido fácil acesso para manutenção, sem uso de ferramentas especiais, a todos os elementos das portas.

Cláusula 24ª

(Vidros e Janelas)

1. Os vidros das viaturas a fornecer ao abrigo do presente Acordo Quadro devem ser simples ou duplos, coloridos e atérmicos, com caixilhos colados.
2. As viaturas poderão não possuir janelas, no entanto caso a Entidade Adquirenre considere que estas devem existir, no mínimo, devem ser de abertura basculante ou deslizante, preferencialmente e ter fechadura.
3. Caso a utilização prevista obrigue, as viaturas têm de ser fornecidas com cortinas em tecido, cujo tipo e cor será definido em comum acordo com a Entidade Aquirente.
4. O para-brisas deve ser laminado, integral, numa única peça.
5. A janela do motorista deve ser em vidro temperado incolor.
6. Para saídas de emergência têm de ser, de acordo com a lei, previstos vidros fixos a quebrar em caso de necessidade, os quais devem ter a inscrição "Saída de Emergência" e, junto dos mesmos, devem ser montados pequenos martelos presos por dispositivo antirroubo.

Cláusula 25ª

(Acessibilidade a passageiros com mobilidade reduzida (PMR))

1. Quando aplicável, o acesso de cadeira de rodas ao interior do veículo tem de ser garantido por uma rampa móvel, com sistema de robustez adequada e de fácil utilização, com capacidade mínima de 350 kg.
2. Caso o acesso de cadeira de rodas não seja possível de realizar, nos termos definidos no ponto anterior, este deve ser realizado com o recurso a sistemas de elevação da rampa/plataforma, ou outros, que permitam integrar o lugar designado por PMR na carroçaria.
3. No habitáculo de passageiros deve existir um espaço específico para cadeira de rodas, cumprindo todas as condições da legislação em vigor sobre a matéria.

Cláusula 26ª

(Banco de Passageiros)

1. Os bancos dos passageiros, dos autocarros de ciclo a diesel, devem ser ergonómicos, com descanso de cabeça, da inclinação das costas, com estribo de suporte para os pés, em estrutura metálica ou material compósito, que lhe confira características mecânicas semelhantes, podendo ser estofados e revestidos a pele natural, sintética, tecido ou outros materiais têxteis.
2. O sistema de fixação dos bancos deve ser concebido de forma a facilitar a limpeza do pavimento e a desmontagem para reparação.

Cláusula 27ª

(Informação Sonora)

Têm de ser instalados nas viaturas a fornecer ao abrigo do presente Acordo Quadro, no mínimo, quatro altifalantes no compartimento dos passageiros.

Cláusula 28ª

(Compartimento do Motorista)

1. O compartimento do motorista das viaturas a fornecer ao abrigo do presente Acordo Quadro tem de dispor de dois espelhos retrovisores exteriores, preferencialmente elétricos e aquecidos, para além de outros que sejam obrigatórios, cumprindo a

legislação em vigor, ou camaras de vídeo com as mesmas funções, desde que devidamente homologadas e funcionais.

2. O para-brisas e o vidro do lado esquerdo do motorista devem estar equipados com cortinas para-sol e sistema de desembaciamento eficaz.
3. O banco do motorista deve ser ergonómico, com descanso de cabeça, ajustes da altura, da inclinação das costas e do posicionamento longitudinal.
4. O sistema de ar condicionado deve ter a consola de comando colocada de forma ergonómica e acessível ao motorista.
5. No tablier e noutros painéis de instrumentos, estes têm de ser bem legíveis, tanto de dia como de noite, não provocando reflexos ou cansaço por excesso de intensidade luminosa, que se pretende que seja regulável.
6. Todos os instrumentos, interruptores e comandos têm de ser legendados em português, ou obedecer à recomendação de simbologia CE, devem estar concentrados por zonas distintas, tais como, zona de aviso, zona de vigilância e zona de comando, com botões de teclas retro iluminadas.
7. O triângulo tem de ficar em suporte próprio, facilmente acessível.

Cláusula 29ª

(Acesso aos órgãos do veículo)

Tem de existir grande facilidade de acesso a todos os órgãos das viaturas a fornecer ao abrigo do presente Acordo Quadro, de modo a facilitar a sua manutenção e desmontagem sempre que necessário.

Cláusula 30ª

(Sistema Elétrico)

O sistema elétrico das viaturas a fornecer ao abrigo do presente Acordo Quadro deve ser de tecnologia multiplex, e toda a instalação e o quadro devem ter os seus elementos devidamente dimensionados e etiquetados.

Cláusula 31ª

(Iluminação Interior)

1. A iluminação do compartimento dos passageiros das viaturas a fornecer tem de ser realizada com tecnologia LED integrada no teto.
2. Tem que ser prevista seguinte iluminação específica:
   a) Para o posto do motorista;
   b) Para a zona de acesso, atuando automaticamente com a abertura da porta.

Cláusula 32ª

(Iluminação Exterior)

1. Todos os faróis, farolins, luzes e refletores exteriores das viaturas a fornecer, têm que ter homologação CE, devendo ser garantido um fácil acesso e desmontagem para manutenção.
2. A iluminação exterior na parte traseira do veículo e os farolins dianteiros exteriores têm de ser de tecnologia LED.

Cláusula 33ª

(Sinalização de Paragem)

1. Quando existir, a sinalização de paragem tem de ser acionada por botões de simples impulso, colocados estrategicamente ao longo do veículo, por forma a serem acessíveis a todos os passageiros.
2. O primeiro acionamento de qualquer dos botões deve fazer atuar um sinal sonoro (campainha), ligando uma sinalização luminosa intermitente com a inscrição "PARAR" ou "STOP", visível para os passageiros, e uma luz avisadora no painel de instrumentos visível para o motorista.

Cláusula 34ª

(Painéis de Indicação de Destino)

1. As viaturas a fornecer ao abrigo do presente Acordo Quadro têm que possuir um painel frontal, pelo menos, com a respetiva consola de comando, podendo ter também um painel lateral e um painel traseiro.
2. Os painéis devem ser de tecnologia LED de alto brilho, preferencialmente de cor âmbar, ou outra a definir pela entidade adjudicante, de intensidade luminosa automaticamente

variável com a luminosidade ambiente, pelo que devem dispor de sensores adequados para o efeito.

3. As placas de LED e de controlo, ou quaisquer outros componentes do painel, devem estar alojados em caixa de alumínio, ou outro material, com uma estrutura interna capaz de lhe conferir a robustez necessária para suportar as solicitações físicas mais adversas, próprias das condições de funcionamento em autocarros, sem que tal se reflita num excessivo peso do conjunto.
4. O compartimento onde cada painel se encontre alojado deve permitir um fácil acesso, para efeitos de manutenção e reparação dos componentes, assim como para a substituição do próprio painel.
5. O espaçamento vertical e horizontal entre cada LED, deve ser de acordo com a característica a definir pela entidade adjudicante.
6. Com os painéis de destino deve ser fornecido o respetivo *software*, implementado em português, permitindo criar e editar, de forma simples, as listas de destinos e respetivos códigos numéricos, para posterior carregamento na consola de comando, através de *pen drive* USB.
7. A consola de comando deve ter um visor LCD com retroiluminação temporizada.
8. Na consola de comando deve existir uma entrada USB frontal, para carregamento do ficheiro com a lista de destinos, assim como efetuar as atualizações de *firmware* eventualmente necessárias.
9. A consola de comando deve ter um teclado alfanumérico para edição e inserção direta de destinos e outras mensagens.
10. O *software* da consola de comando deve contemplar a existência de menus simples e intuitivos, em português, disponibilizando funções de editação, configuração, carregamentos e seleção de mensagens e destinos.
11. A operação da consola de comando deve ser protegida por palavra-chave, no caso do acesso a funções de edição, configuração e carregamentos, e deve ser de livre acesso para seleção de destinos e mensagens.
12. Os painéis e a consola de comando têm de possuir proteções elétricas contra inversões de polaridade e sobretensões, ou qualquer outra anomalia que provoque oscilações da tensão de alimentação abaixo de 8 V DC, ou acima de 35 V DC, campo no qual deve estar definido o valor nominal de funcionamento.

Cláusula 35ª

(Sistema de Climatização)

1. As viaturas a fornecer têm de ser dotadas de sistema de ar condicionado, climatizado, para motorista e passageiros, com uma capacidade de refrigeração adequada à utilização pretendida e com regulação automática da temperatura.
2. O sistema de climatização deve possuir deflectores dedicados ao lugar do motorista e passageiros de forma independente.
3. Os deflectores de Ar, devem permitir alterar, livremente, a direção do fluxo de ar.

Cláusula 36ª

(Pintura)

1. A pintura das viaturas a fornecer, deve ser, no mínimo, a duas cores.
2. O *design*, bem como as cores finais exteriores serão indicadas pelas Entidades Adquirentes.

Cláusula 37ª

(Diversos)

1. As viaturas devem ser fornecidas, com:
    a) Um dispositivo que permita o reboque pela frente do chassis, de fácil acesso e sem causar estragos na carroçaria.
    b) Um *Kit* de primeiros socorros, devidamente homologado;
    c) Pelo menos um extintor homologado, para autocarros, em conformidade com a legislação em vigor sobre a matéria;
2. Todos os veículos deverão ainda estar dotados dos seguintes materiais e equipamentos:
    a) Triângulo de pré-sinalização homologado;
    b) Um macaco com capacidade para elevar o veículo;
    c) Roda sobresselente completa.
3. As viaturas devem estar preparadas para operar em declives acentuados, em segurança, e ter capacidade de arranque para operar em declives acentuados, de pelo menos 15% de inclinação.
4. Os veículos devem ser fornecidos, devidamente matriculados e homologados com certificado de conformidade europeu.

Cláusula 38ª

(Serviços Associados)

1. Sem prejuízo de outras disposições deste Acordo Quadro e Caderno de Encargos, consideram-se serviços obrigatoriamente associados ao fornecimento dos bens objeto do presente Acordo Quadro, os serviços de gestão da encomenda, gestão da entrega, gestão da documentação e a emissão dos respetivos relatórios de gestão.
2. Os serviços de gestão da encomenda devem garantir a receção atempada da encomenda pelas Entidades Adquirentes.
3. Estão compreendidos no serviço de gestão de entrega:
    a) A entrega dos autocarros nas instalações das Entidades Adquirentes;
    b) O preenchimento, no ato da entrega, do documento "Auto de Entrega/ Receção dos autocarros" ou documento equivalente, onde conste a identificação dos produtos recebidos, respetiva quantidade e demais documentão necessária relativamente à sua certificação.
4. Os serviços de emissão de relatórios de gestão compreendem a emissão de relatórios onde seja refletida toda a informação sobre os bens e a sua entrega, elaborados, em formato XLS, a remeter à entidade gestora, para o e-mail da Entidade Gestora: info@centralconnect.pt.

Cláusula 39ª

(Inspeções e Ensaios)

1. Para verificação da conformidade com as especificações técnicas definidas no presente Acordo Quadro e Anexos e com a legislação portuguesa em vigor, os veículos devem ser sujeitos a inspeções e a diversos tipos de ensaios, a realizar pelas Entidades Adquirentes, nomeadamente os que a seguir se indicam, entre outros, que o cocontratante entenda dever propor:
    a) Inspeções em parque;
    b) Estanquicidade da carroçaria;
    c) Operacionalidade dos sistemas;
    d) Ensaios de estrada.
2. As viaturas a fornecer têm que ter um plano de testes, elaborado pelo Cocontratante, tendo em conta o disposto no parágrafo anterior, plano esse que oportunamente deve submeter à prévia aprovação da Entidade Adquirente, cuja realização deve ser preparada e reunidos os meios considerados necessários para a sua execução.

Cláusula 40ª

(Condições e Prazo de Garantia)

1. O Cocontratante obriga-se a cumprir com os seguintes prazos de garantia que resultam da proposta adjudicada:
    a) Garantia genérica de 2 (dois) anos para miniautocarro elétrico de comprimento máximo até 8,4 m e lotação mínima de 21 Lug. Sent.+ 25 Lug. Pé + 1 PMR, Classe I; miniautocarro elétrico de comprimento máximo até 8,5 m e lotação mínima de 21 Lug. Sent.+ 25 Lug. Pé + 1 PMR e superestrutura monocoque e; miniautocarro elétrico de comprimento máximo até 6 m e lotação mínima de 12 Lugares Sentados, Classe B e categoria M2 ou M3; de 4 (quatro) anos para as respectivas baterias de tração;
    b) Garantia genérica de 2 (dois) anos para autocarro elétrico de condução autónoma, no mínimo de nível 4 e de 8 (oito) anos para as respectivas baterias de tração.
    g) Garantia genérica de 2 (dois) anos para autocarro de ciclo diesel de comprimento máximo de 8,4 m, classe II ou III, caixa de velocidades automática ou automatizada, lotação mínima de 23 lugares sentados e autocarro de ciclo diesel de comprimento máximo de 8,4 m, classe II ou III, caixa de velocidades automática ou automatizada, lotação mínima de 27 lugares sentados.
2. A garantia prevista na presente Cláusula aplica-se aos equipamentos em estado novo, sem limite de quilometragem ou horas de trabalho, a contar da data de assinatura do auto de receção provisória da viatura/equipamento, obrigando-se o Cocontratante a garantir o bom funcionamento dos bens contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação e com a sua normal utilização.
3. No prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data em que a Entidade Adquirente tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o Cocontratante, para efeitos da respetiva reparação.
4. Para efeitos de garantia, o Cocontratante, deve apresentar um plano de manutenção e assistência técnica dos equipamentos, onde deve constar a periodicidades de manutenção e uma breve descrição da intervenção a realizar.

5. A reparação ou substituição, dos veículos, equipamentos ou peças defeituosas, previstas nos números anteriores devem ser realizadas dentro de um prazo adequado para o efeito, devidamente acordados entre a Entidade Adjudicante e o Cocontratante, em dias úteis, com exceção das situações, que dada a sua complexidade os serviços técnicos entendam não ser possível realizar nesse prazo, estando neste caso obrigados a informar a Entidade Adjudicante por escrito, do prazo previsto para a disponibilização do equipamento.
6. Nas situações previstas na 2ª parte do número anterior, os serviços técnicos definirão o prazo adequado para a respetiva reparação ou substituição, o qual deve ser comunicado por escrito.
7. Sem prejuízo das obrigações de garantia previstas nos números anteriores e da obrigação de manutenção e assistência técnica, o Cocontratante obriga-se ainda a indicar à Entidade Adjudicante, pelo menos uma entidade, dotada de oficinas ou outras estruturas de manutenção, preferencialmente, no distrito da morada de normal uso do equipamento, aptas a assegurar a manutenção e a assistência técnica aos mesmos.
8. A obrigação definida no ponto anterior, pode ser desconsiderada nos casos em que o Cocontratante estabeleça um contrato de fornecimento com manutenção incluída, ou quando dada a especificidade do equipamento não exista no espaço geográfico, definido nos termos do ponto anterior, qualquer entidade com capacidade para desenvolver todas as atividades de manutenção que garantam as condições de garantia, estabelecidas pelo fabricante.
9. A garantia obriga o Cocontratante a substituir ou a reparar, sem quaisquer encargos para a Entidade Adjudicante, os elementos reconhecidos como defeituosos. Esta garantia cobre todos os materiais componentes, órgãos ou peças, ainda que subcontratadas ou adquiridas pelo Fornecedor, salvo casos resultantes de comprovada má utilização.
10. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável e sem grave inconveniente para o Entidade Adjudicante, tendo em conta a natureza do bem e fim a que o mesmo se destina.
11. No prazo máximo de 10 dias, a contar da data em que o Entidade Adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, após intervenção em garantia, este deve notificar o Cocontratante, para efeitos da respetiva correção da anomalia reincidente.

Cláusula 41ª

(Obrigações específicas do Cocontratante)

1. Com vista ao planeamento das diferentes operações de manutenção, preventiva sistemática e a garantir disponibilidade máxima da viatura, o Cocontratante obriga-se a ter os stocks devidamente aprovisionados, no máximo em 4 (quatro) dias úteis, relativamente a consumíveis, peças ou outros bens necessários para realizar as operações de manutenção planeada preventiva sistemática.
2. Não obstante outras obrigações previstas na lei, no cumprimento dos contratos de fornecimento de bens, decorrentes do presente Acordo Quadro, o Cocontratante obriga-se a:
    a) Entregar a (s) viatura (s) devidamente homologada (s) e matriculada (s), nos termos da lei e em condições de circulação.
    b) Toda a documentação técnica necessária para boa compreensão do funcionamento dos órgãos ou sistemas que constituem a máquina, com vista ao seu uso, em segurança e planeamento, de toda a manutenção recomendada pelo fabricante.
    c) A informar as Entidades Adquirentes de todas as intervenções, de alteração ou melhoria, necessárias, recomendas pelo fabricante.
    d) Nos casos em que se aplica, disponibilizar viatura de substituição ou cortesia sem custos para as Entidades Adquirentes, durante o período de realização das operações de manutenção preventiva. Excluem-se os custos inerentes ao uso, nomeadamente custos energéticos, portagens, coimas da responsabilidade do condutor.

Cláusula 42ª

(Obrigações específicas das Entidades Adquirentes)

1. Com vista ao planeamento de toda a logística necessária para realização das intervenções de manutenção preventiva, as Entidades Adjudicantes obrigam-se a informar o Cocontratante, com antecedência mínima de 6 (seis) dias úteis, da necessidade de realização da intervenção.
2. Não obstante outras obrigações previstas na lei, no cumprimento dos contratos de fornecimento dos bens, decorrentes do presente Acordo Quadro, as Entidades Adquirentes obrigam-se a:
    a) Pagar ao Cocontratante o preço da compra da viatura nos termos contratados.

b) Usar as viaturas com zelo e para os fins que foi projetada e concebida, sendo da sua responsabilidade o pagamento de todas as despesas decorrentes de mau uso, nomeadamente para fins diferentes dos para os quais foi concebida, ou outros que a lei proíba.

c) Realizar todas as operações de manutenção preventiva, de acordo com as recomendações do fabricante, sendo da sua responsabilidade os custos decorrentes do desrespeito das instruções constantes na documentação técnica que o fornecedor se obriga a entregar.

3. Com vista ao cumprimento integral dos compromissos relacionados com as viaturas de substituição ou cortesia, por parte do Cocontratante, as Entidades Adquirentes obrigam-se a realizar todas as manutenções, apenas e só, em oficinas recomendadas e autorizadas pelo Cocontratante.

Secção II – Condições Genéricas do Fornecimento dos Bens e Serviços Objeto do Contrato

Cláusula 43ª

(Prazo de entrega)

1. O prazo máximo de entrega as viaturas a fornecer ao abrigo do presente Acordo Quadro será de 210 (duzentos e dez) dias.
2. Caso o volume dos bens a fornecer ultrapasse os 10 (dez) veículos numa única encomenda, o prazo máximo para entrega pode ser aumentado em 25% (vinte cinco por cento).
3. O fornecimento a realizar no âmbito do contrato deverá ser integralmente executado de acordo com o plano de entrega indicado na proposta pelo Cocontratante, sendo os prazos de entrega considerados a partir da outorga do contrato escrito.
4. Nos casos em que a complexidade de construção, logística, tarefa ou ocorrência previsível influencie os prazos de entrega, as partes podem, excecionalmente e em qualquer altura, acordar prazos diferentes dos previstos na presente cláusula para entrega dos bens objeto do contrato, mas nunca em momento algum esse prazo pode ser redefinido unilateralmente por qualquer das partes.

Cláusula 44ª

(Inspeção e Aceitação dos bens / Auto de Receção Provisória)

1. Efetuadas as entrega dos bens objeto do contrato, as Entidades Adquirentes procedem à sua inspeção, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Acordo Quadro e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Caso a inspeção comprove a total conformidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos, deve ser elaborado Auto de Receção Provisória, assinado pelos representantes do Cocontratante e da Entidade Adquirente.

Cláusula 45ª

(Receção Definitiva)

1. A Entidade Adquirente acompanhada pelo Cocontratante procederá à vistoria da viatura/equipamento, antes de expirar os prazos de garantia respetivos. Se for verificado que a viatura ou equipamento, se apresenta em condições de ser aceite terá lugar a receção definitiva do mesmo.
2. Caso se verifique que a viatura/equipamento não se apresente em condições de ser aceite, o Cocontratante obriga-se a proceder, às devidas retificações, num prazo a acordar entre as partes, sendo estas da sua inteira responsabilidade. Concluídas estas retificações, proceder-se-á a receção definitiva da parte correspondente, sendo lavrado o respetivo auto.

Cláusula 46ª

(Documentação Técnica)

1. O Cocontratante obriga-se a entregar, em português, aquando do fornecimento da viatura/equipamento, ou do primeiro veículo, quando o número encomendado seja superior a uma unidade e a entrega seja faseada, a seguinte documentação:
    a) Manuais de utilização e de conservação do equipamento incluindo a carroçaria e superestrutura, com instruções sobre manutenção e reparação dos veículos, que incluirão, obrigatoriamente, plano de manutenção preventiva estabelecendo as periodicidades de execução das operações, prevendo uma

vida útil mínima de 10 (dez) anos, quando o fornecimento objeto de contrato seja de viaturas ou equipamentos em estado novo.

b) Sempre que a Entidade Adquirente assim o entenda, catálogos de peças e sobresselentes, com localização e referências (órgãos mecânicos, elétricos, hidráulicos ou pneumáticos e carroçaria).

c) Plano de manutenção, compreendendo instrução de lubrificação com esquemas de localização dos pontos a lubrificar.

d) Os manuais e catálogos de peças sobresselentes que deverão abranger todos os órgãos e equipamentos acessórios do chassis e carroçaria, quer sejam mecânicos, elétricos, pneumáticos ou hidráulicos.

2. A documentação referida no número anterior deve ser entregue em suporte digital e em suporte impresso.
3. O Cocontratante é responsável pelas falhas em serviço decorrentes da não entrega dos manuais.
4. O Cocontratante compromete-se a manter a Entidade Adquirente permanentemente informada das modificações e alterações que forem sendo introduzidas nos veículos/equipamentos e seus órgãos, pelos respetivos fabricantes, procedendo à entrega dos respetivos documentos atualizados.

Cláusula 47ª

(Formação)

1. O Cocontratante obriga-se a prestar serviços de formação a operadores e técnicos de manutenção, sempre a Entidade Adquirente manifeste essa intenção.
2. O serviço de formação referido no número anterior será prestado pelo Cocontratante aos operadores selecionados pelas Entidades Adquirentes no dia imediato à entrega dos veículos devendo ser apresentado um plano de formação (35 horas semanais em regime presencial ou remoto) para os operadores, o qual deve incluir uma apresentação da tecnologia e do veículo, formação sobre condução e operação ecológica, económica, deteção e resolução de pequenas anomalias que poderão ocorrer na rotina diária do equipamento e procedimentos gerais de manutenção.
3. As Entidades Adquirentes obrigam-se a indicar ao Cocontratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do dia seguinte à entrega do primeiro veículo, a identidade dos operadores formandos.

4. São da responsabilidade das Entidades Adquirentes os encargos relativos a alojamento, transporte, alimentação e saúde do pessoal formando por si indicado.

Secção III – Contratos ao Abrigo do Acordo Quadro

Cláusula 48ª

(Regras do Procedimento ao Abrigo do Acordo Quadro)

1. As Entidades Adquirentes adotarão o Ajuste Direto para a formação dos Contratos a celebrar ao abrigo do presente Acordo Quadro, nos termos previstos no artigo 258º do CCP.
2. A aquisição dos bens e serviços ao abrigo do presente Acordo Quadro é efetuada através de convite ao Cocontratante, não sendo necessária a elaboração de um caderno de encargos, uma vez que o conteúdo dos Contratos a celebrar deverá corresponder às condições estabelecidas aqui estabelecidas.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as Entidades Adquirentes podem concretizar, desenvolver ou complementar o previsto no presente Acordo Quadro em virtude das particularidades e necessidades cuja satisfação se visa com a celebração do Contrato.
4. As Entidades Adquirentes podem, ainda, atualizar as características dos bens a adquirir ao abrigo do presente Acordo Quadro, modificando-as ou substituindo-as por outras, desde que se mantenha o tipo de prestação e os objetivos das especificações fixadas no procedimento de formação do Acordo Quadro e desde que tal se justifique em função da ocorrência de inovações tecnológicas.
5. Nos procedimentos ao abrigo do presente Acordo Quadro as Entidades Adquirentes devem prever as especificações técnicas dos bens a adquirir por referência às constantes no presente Acordo Quadro ou outras especificações técnicas relevantes em virtude das particularidades da necessidade aquisitiva e, em todo o caso, cumprindo com o disposto no artigo 49º CCP.
6. Não podem ser excluídas propostas com fundamento em desconformidade dos respetivos bens ou serviços com as especificações técnicas fixadas nos termos do número anterior desde que o concorrente demonstre, de forma adequada e suficiente, que as soluções apresentadas na sua proposta satisfazem, de modo equivalente, as exigências definidas por aquelas especificações.

7. Os preços a propor pelos Cocontratantes nos procedimentos lançados ao abrigo do Acordo Quadro não podem ser superiores aos preços unitários constantes do presente Acordo Quadro.
8. As Entidades Adquirentes poderão estabelecer no convite preços unitários máximos, pelos quais se dispõem a contratar, inferiores aos constantes do presente Acordo Quadro.
9. No caso previsto no número anterior o Cocontratante não se encontra vinculado a apresentar proposta.
10. Caso seja lançado um único procedimento com mais do que um lote/opcional previsto no procedimento para formação do presente Acordo Quadro deve garantir-se o convite a todos os Cocontratantes de cada um dos lotes/opcionais, e o procedimento deve resultar numa adjudicação por lote.
11. Nos procedimentos lançados ao abrigo do presente Acordo Quadro, os Cocontratantes poderão apresentar fatores de redução dos preços, designadamente:
    a) Por aquisição de quantidades, com indicação do desconto a efetuar sobre o preço unitário, de acordo com as quantidades;
    b) Por descontos financeiros, com a indicação do desconto face ao prazo de pagamento.
12. O prazo para apresentação das propostas não pode ser inferior a 3 (três) dias.
13. As Entidades Adquirentes poderão prever nos convites enviados ao Cocontratante a obrigação de apresentação de amostras dos bens propostos, para efeitos de realização de testes de validação das suas características e desempenho, antes da adjudicação dos procedimentos lançados ao abrigo do presente Acordo Quadro.

Cláusula 49ª

(Forma e Prazo de Vigência dos Contratos Celebrados ao Abrigo do Acordo Quadro)

1. Os Contratos cujo preço contratual seja superior a 10.000€ (dez mil euros) devem ser reduzidos a escrito.
2. Os Contratos podem produzir efeitos para além da vigência do Acordo Quadro, desde que não ultrapassem o prazo máximo de 3 (três) anos.
3. A celebração de novo Acordo Quadro com o mesmo objeto impossibilita qualquer renovação, por parte das Entidades Adquirentes, dos Contratos celebrados ao abrigo do presente Acordo Quadro.

4. As garantias prescritas nos presente Acordo Quadro, devem ser reduzidas a escrito.

Cláusula 50ª

(Preço dos Contratos Celebrados ao Abrigo do Acordo Quadro)

1. Pela aquisição dos bens e serviços objeto dos Contratos celebrados ao abrigo do presente Acordo Quadro e, bem assim, pelo cumprimento das demais obrigações neles constantes, as Entidades Adquirentes obrigam-se a pagar o valor total constante nas propostas adjudicadas nos respetivos procedimentos lançados ao abrigo do Acordo Quadro, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.
2. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída às Entidades Adquirentes nomeadamente, deslocação de meios humanos, alimentação, transportes, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como outros encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 51ª

(Condições de Pagamento dos Contratos Celebrados ao Abrigo do Acordo Quadro)

1. As Entidades Adquirentes obrigam-se a pagar aos Cocontratantes o valor global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. As Entidades Adquirentes são exclusivamente responsáveis pelo pagamento dos Contratos que celebrem com o Cocontratante ao abrigo do presente Acordo Quadro.
3. O prazo de pagamento é o que for normalmente praticado por cada Entidade Adquirente, nos termos da lei, não devendo, contudo, exceder os 60 (sessenta) dias contados da data da receção da fatura, salvo motivo atendível e devidamente justificado face às circunstâncias concretas, a indicar pela Entidade Adquirente.
4. Nos procedimentos que venham a ser celebrados ao abrigo do presente Acordo Quadro, a emissão de faturas eletrónicas por parte do Cocontratante deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, assim como as disposições vertidas na Lei dos Compromissos e pagamentos em Atraso.

Cláusula 52ª

(Sanções nos Contratos Celebrados ao Abrigo do Acordo Quadro)

1. O incumprimento das obrigações contratuais por parte do Cocontratante, por facto que lhe seja imputável, poderá dar lugar à aplicação de sanções pecuniárias até ao valor limite de 20% (vinte por cento) do preço contratual, sem prejuízo do direito de resolução do contrato nos termos previstos na cláusula seguinte.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, poderão ser aplicadas pelas Entidades Adquirentes ao Cocontratante, sanções pecuniárias pelo incumprimento da data prevista para a entrega dos bens objeto do presente Acordo Quadro prevista na Cláusula 43ª no montante de € 50 (cinquenta euros) por cada dia de atraso.
3. Sem prejuízo das sanções que sejam fixadas nos termos previstos nos números anteriores, as Entidades Adquirentes poderão aplicar sanções pecuniárias no valor correspondente a 1% do preço contratual em caso de incumprimento dos requisitos técnicos e funcionais mínimos de fornecimento de serviços definidos no presente Acordo Quadro.
4. O valor das sanções pecuniárias pode ser reduzido ao preço contratualizado.

Cláusula 53ª

(Resolução Sancionatória dos Contratos Celebrados ao Abrigo do Acordo Quadro por parte das Entidades Adquirentes)

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo Cocontratante previstas nos Contratos, as Entidades Adquirentes poderão resolver os Contratos celebrados ao abrigo do presente Acordo Quadro, a título sancionatório, nos seguintes casos:
    a) Incumprimento definitivo por facto imputável ao Cocontratante;
    b) Incumprimento, por parte do Cocontratante, de ordens diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução de prestações contratuais;
    c) Oposição reiterada do Cocontratante ao exercício dos poderes de fiscalização das Entidades Adquirentes;
    d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos previstos na lei e nos Contratos, desde que a exigência pelo

Cocontratante das obrigações assumidas pelas Entidades Adquirentes contrarie o princípio da boa fé;

e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no número 1 da cláusula anterior;

f) Incumprimento pelo Cocontratante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes aos Contratos;

g) O Cocontratante se apresentar à insolvência ou esta seja declarada pelo Tribunal.

2. O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais.

3. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do Cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo das Entidades Adquirentes poderem executar eventuais garantias prestadas pelo Cocontratante.

Cláusula 54ª

(Resolução dos Contratos Celebrados ao Abrigo do Acordo Quadro por parte dos Cocontratantes)

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelas Entidades Adquirentes previstas nos Contratos e independentemente do direito a indeminização, o Cocontratante tem o direito de resolver os Contratos nas seguintes situações:

   a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;

   b) Incumprimento definitivo dos Contratos por facto imputável às Entidades Adquirentes;

   c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelas Entidades Adquirentes por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco porcento) do preço contratual, excluindo juros;

   d) Incumprimento pelas Entidades Adquirentes de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes aos Contratos;

2. O direito à resolução previsto na presente cláusula é exercido por via judicial, exceto no caso previsto na alínea c) do número anterior, o qual é exercido mediante declaração enviada às Entidades Adquirentes, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção

dessa declaração, salvo se as Entidades Adquirentes cumprirem com as obrigações em atraso.

Cláusula 55ª

(Cessão e Subcontratação nos Contratos Celebrados ao Abrigo do Acordo Quadro)

A cessão da posição contratual e subcontratação dependem de autorização prévia e por escrito das Entidades Adquirentes e nos termos do CCP.

Parte III – Disposições Finais

Cláusula 56ª

(Encargos com Direitos de Propriedade Intelectual ou Industrial)

São da responsabilidade do Cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do presente Acordo Quadro ou dos Contratos celebrados ao seu abrigo, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

Cláusula 57ª

(Comunicações e Notificações)

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre a Entidade Gestora ou Entidades Adquirentes e os Cocontratantes devem ser efetuadas através de correio eletrónico com aviso de entrega, carta registada simples ou com aviso de receção, ou fax.
2. Qualquer comunicação ou notificação feita por carta registada simples considera-se recebida na data de depósito indicada pelos serviços postais e por carta registada com aviso de receção, na data em que for assinado o aviso.
3. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

Cláusula 58ª

(Sigilo e Confidencialidade)

1. As partes outorgantes obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos previstos no objeto do Acordo Quadro, e a tratar como confidenciais todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que se encontrem envolvidos no fornecimento ou no procedimento ao qual o mesmo deu origem.
2. Excluem-se do âmbito do número anterior toda a informação gerada por força da execução do presente Acordo Quadro, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos que por força de disposição legal tenham de ser publicitados e ou sejam de conhecimento público.

Cláusula 59ª

(Casos fortuitos ou de força maior)

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no presente Acordo Quadro.
2. Entende-se por fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. Podem constituir casos de força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins, determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituem casos de força maior, designadamente:
    a) Greves ou conflitos laborais limitados ao Cocontratante, às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
    b) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante dos deveres ou ónus que sobre eles recaiam;
    c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
    d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;

f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;

5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.
6. A situação de força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 60ª

(Foro Competente)

Para a apreciação de questões e resolução dos litígios relativos à interpretação, validade ou execução do presente Acordo Quadro, fica estipulada a competência do Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outra.

Anexos:

Anexo I – Preços unitários a que se refere a cláusula 4ª.

Anexo II – Características e Especificações Técnicas dos bens a que se referem as Cláusula 18ª e 19ª.

Feito em 19 de maio de 2022, em dois exemplares, destinando-se cada exemplar a cada uma das partes.

Pela Entidade Gestora,

FERNANDO DO NASCIMENTO TRIGO

Digitally signed by FERNANDO DO NASCIMENTO TRIGO
DN: c=PT, ou=Certificate Profile - Qualified Certificate - Representative, ou=Obs1 - COM PODERES PARA, SOZINHO, OBRIGAR E VINCULAR A ENTIDADE, 2.5.4.97=VATPT-504475606, o=MUNICIPIA - EMPRESA CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMACAO, EM, SA, ou=Entitlement - PROCEDIMENTOS ELETRONICOS DE CONTRATACAO PUBLICA, email=info@municipia.pt, serialNumber=PNOPT-07209992, sn=TRIGO, givenName=FERNANDO DO NASCIMENTO, cn=FERNANDO DO NASCIMENTO TRIGO
Date: 2022.05.25 12:12:56 +01'00'

Pelo Cocontratante,

NUNO PEDRO LEITÃO DA COSTA MELO

Assinado de forma digital por NUNO PEDRO LEITÃO DA COSTA MELO
Dados: 2022.07.08 16:16:56 +01'00'

ANEXO I

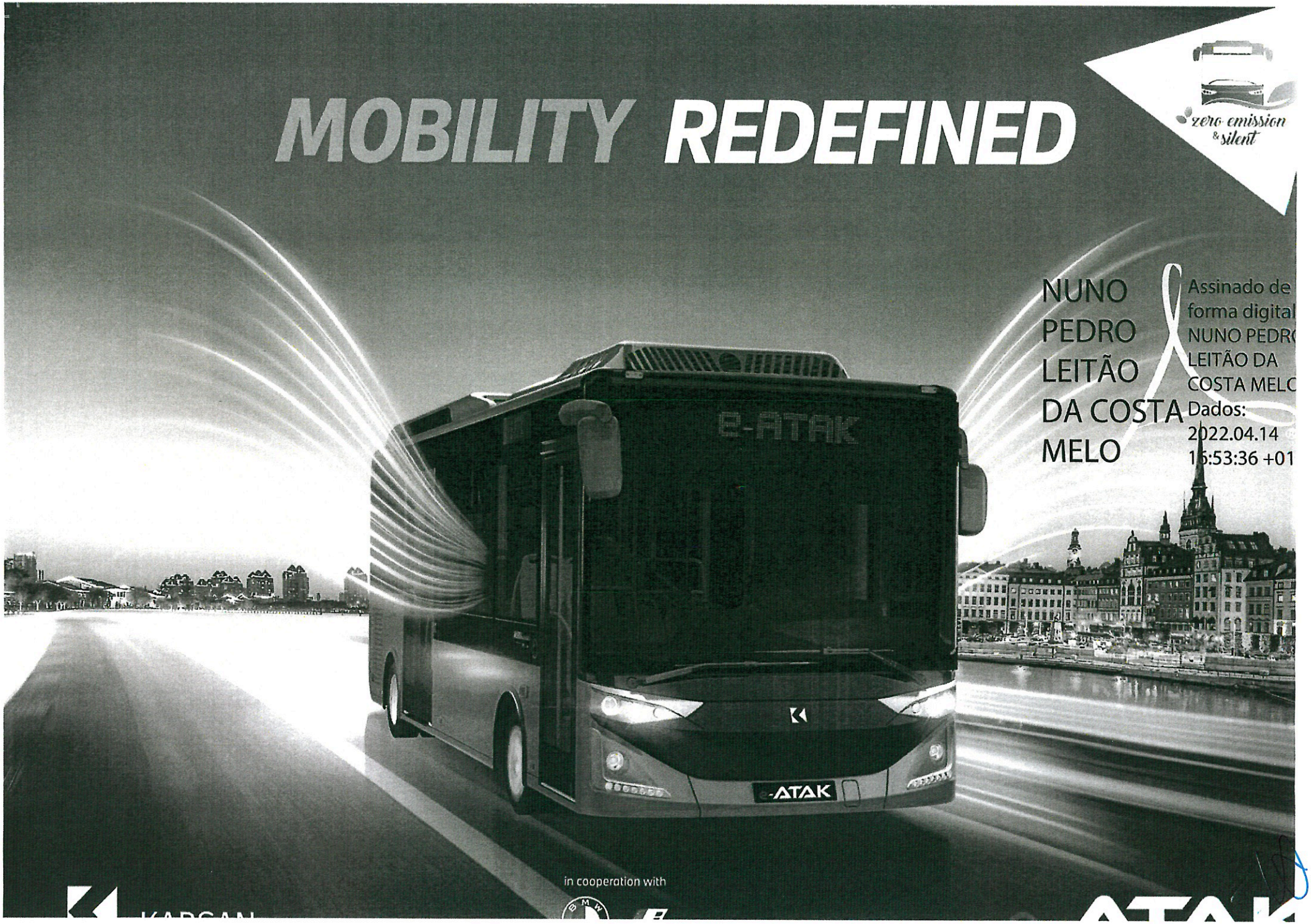
PREÇOS UNITÁRIOS A QUE SE REFERE A CLÁUSULA 4ª

Lote	Opcional	1º Lugar	Preço Proposto
	1.2	UIC, S.A.	354.000,00
	1.4	UIC, S.A.	956.000,00
	1.5	UIC, S.A.	600.000,00
	1.6	UIC, S.A.	258.800,00

Lote	Opcional	1º Lugar	Preço Proposto
	2.3	UIC, S.A.	115.000,00
	2.4	UIC, S.A.	127.500,00

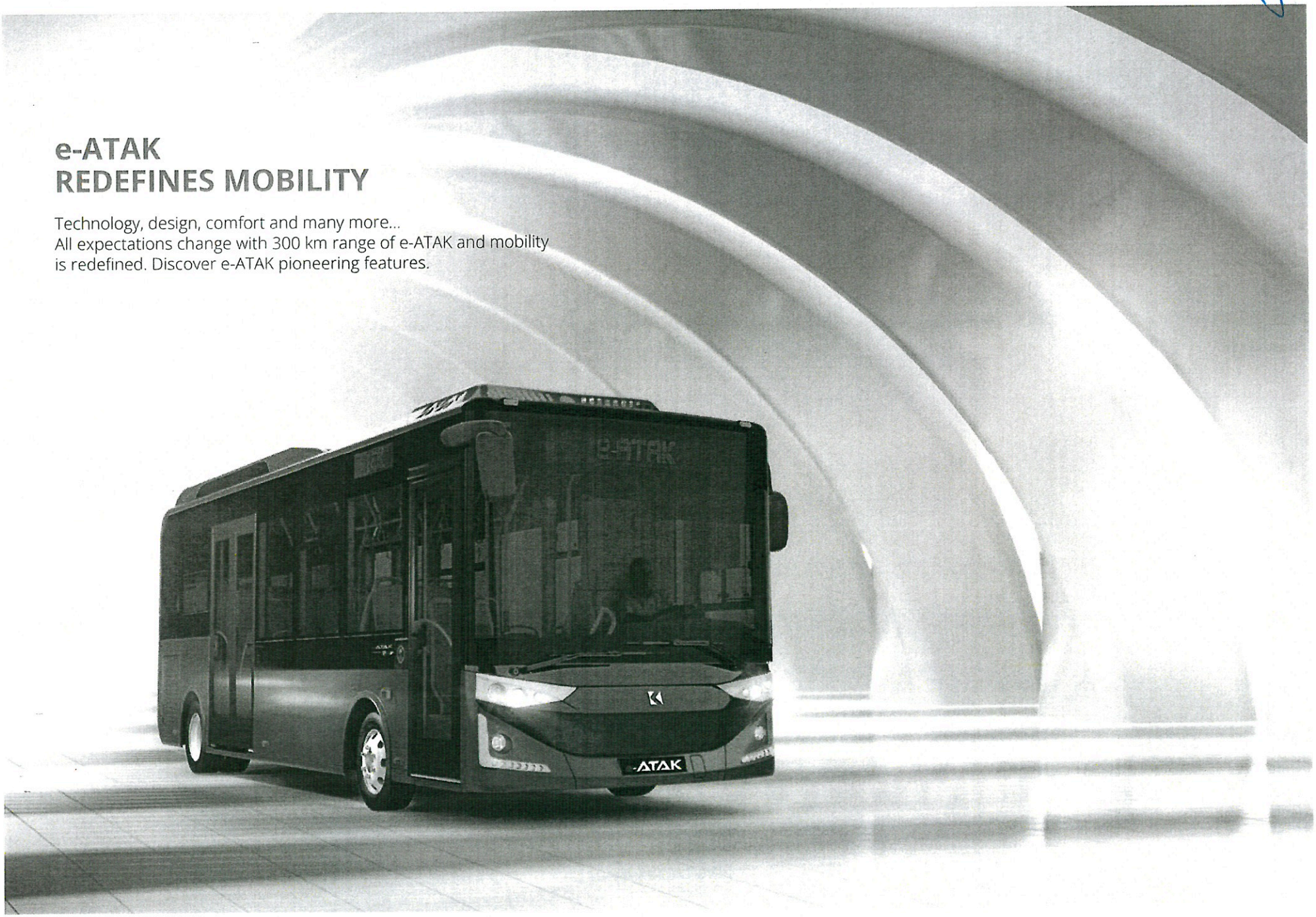
ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS


MOBILITY REDEFINED
zero emission & silent
NUNO PEDRO LEITÃO DA COSTA MELO
Assinado de forma digital
NUNO PEDRO
LEITÃO DA
COSTA MELO
Dados:
2022.04.14
16:53:36 +01
E-ATAK
E-ATAK
in cooperation with
KARSAN
ATAK

e-ATAK
REDEFINES MOBILITY

Technology, design, comfort and many more...
All expectations change with 300 km range of e-ATAK and mobility is redefined. Discover e-ATAK pioneering features.



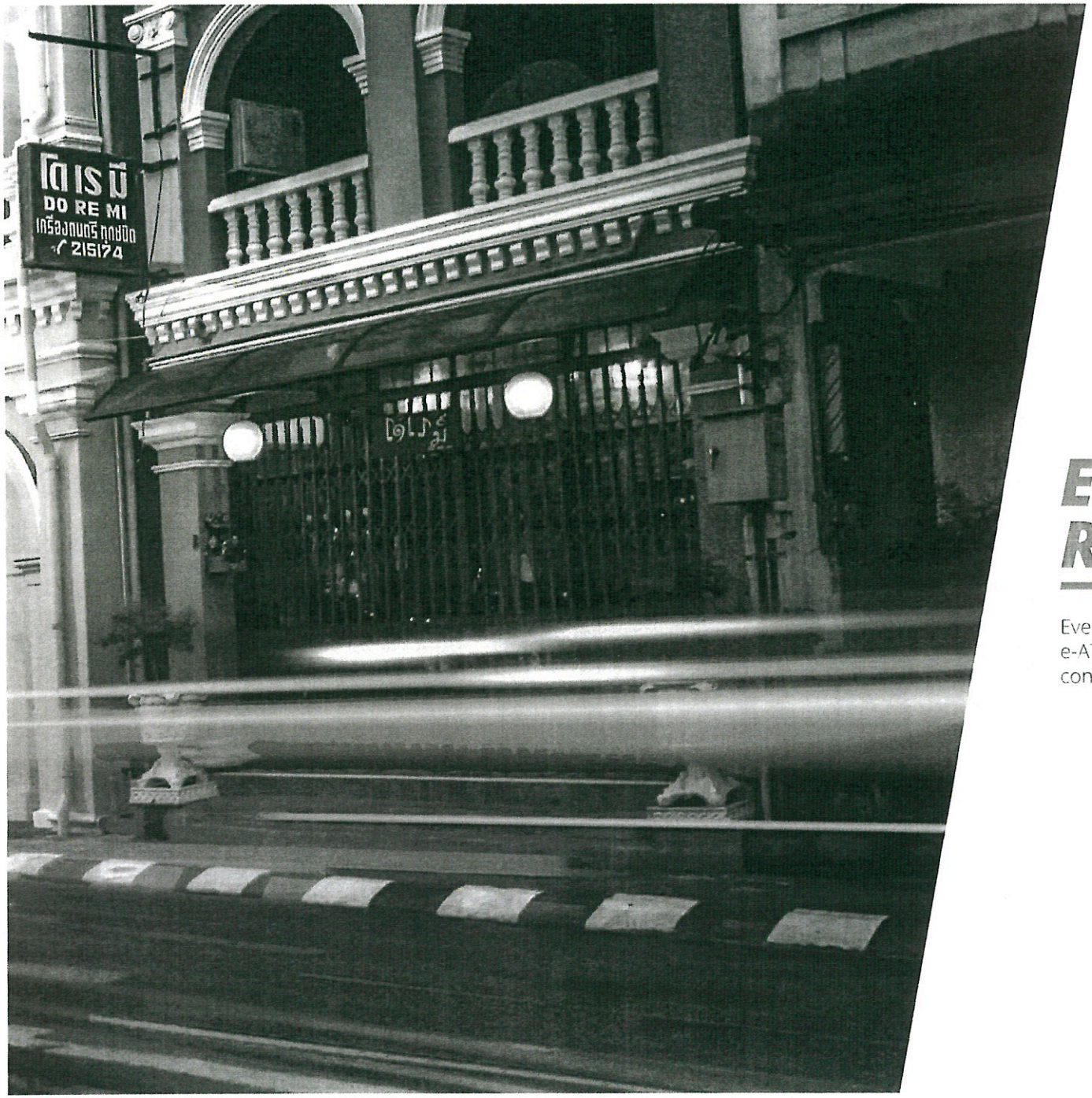


MORE ENERGY
MORE MOBILITY

Daily operations can easily be achieved with e-ATAK extended range and superior technology.

Range:
Up to 300 km


e-ATAK
e-ATAK



ESTHETICS REDEFINED

Every city dreams of e-ATAK.
e-ATAK adapts itself to toughest city
conditions with its dynamic and compact design.



CHARACTERISTIC FRONT-DESIGN

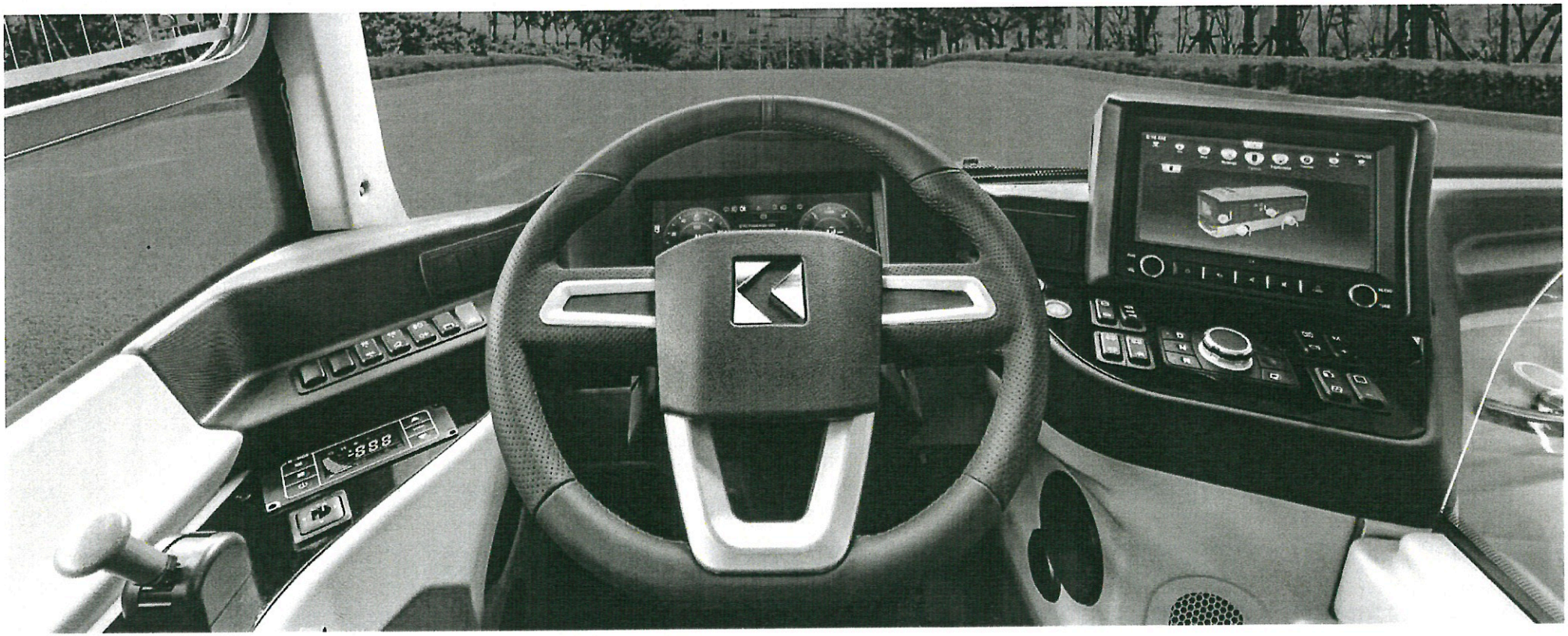
e-ATAK promises much more than you would expect with its exterior design. Besides its charming curvy front line, its horizontal LED main and dipped beam lights and stylish day time running lamps ensure harmony with the city.



REAR DESIGN THAT LEAVES A LASTING IMPRESSION

An agile-looking design, a perfect craftsmanship...
With e-ATAK, everything you left behind will watch you with admiration. Rear LED lights placed vertically and background details create a unique design.

DRIVING PLEASURE REDEFINED



ERGONOMIC COCKPIT WITH MODERN DESIGN

With the very first step into e-ATAK, an enchanting atmosphere welcomes you. LED ambiance lights that create a futuristic atmosphere and leather and stitch detailed steering wheel raise e-ATAK up from a public transportation vehicle. e-ATAK becomes the ambassador of the modern design concept.

e-ATAK takes the comfort to the highest level and makes its driver desire to drive longer with its spacious and ergonomic cockpit. Creating a refreshing atmosphere with its superior airflow, e-ATAK makes its driver work easier in every road condition.

WIDE ANGLE VIEW

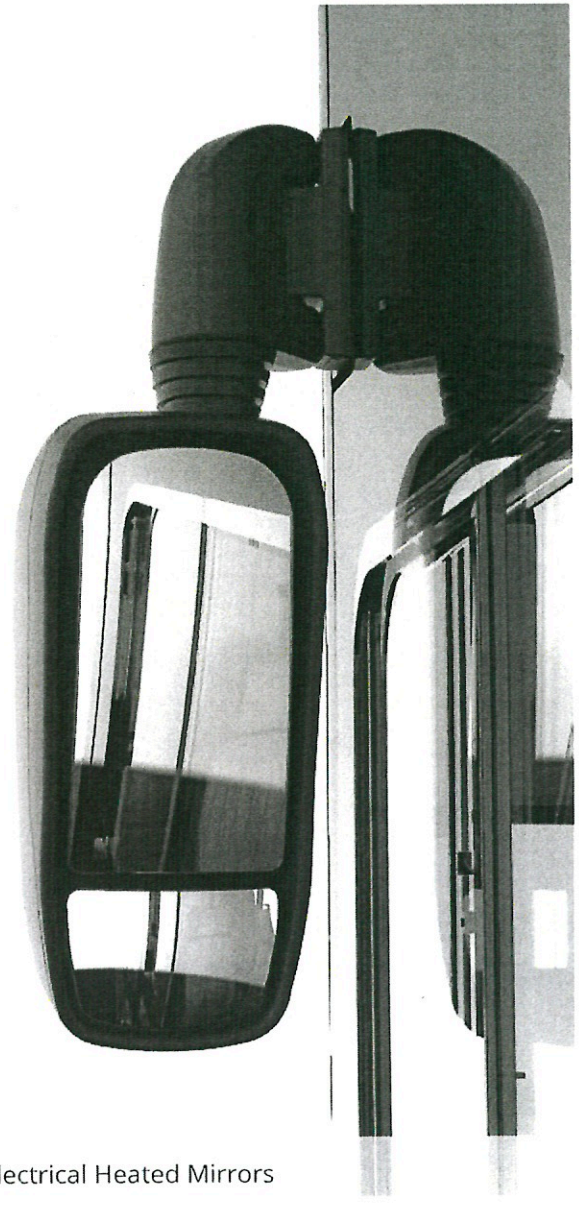
e-ATAK wide angle of view provides total control of the road. Set the level upon road conditions or kneel while passengers get on and off the bus, with Electric Controlled Air Suspension (ECAS).

EVERY DRIVER WANTS TO OWN e-ATAK

Every detail has been taken care of in e-ATAK in order to ensure driver comfort to allow focus on the road.



Adjustable Driver Seat



Electrical Heated Mirrors



Isolated Cabin

COMFORT REDEFINED

Imagine a bus that sets comfort as the foremost priority. And now, name it e-ATAK.

The first class comfort that e-ATAK provides its passengers has the level of superiority that can re-establish the dynamics of public transport.





ORIGINAL LOW FLOOR

The low-height floor which enables to get on with only half a step is the most important aspect of its comfort level. With this advantage, elders and parents with strollers can easily get on and off e-ATAK. Passengers can reach the seats that are mounted on the low floor without any extra steps after getting on the vehicle.



SPACIOUS INTERIOR

e-ATAK: Best place to daydream. With its wide leg room that increases comfort and wide window area that offers a panoramic view of the city, e-ATAK takes its passengers to a journey that they will never want to end

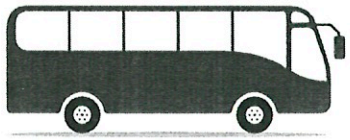
POWERFUL AIR CONDITIONER & HEATER

The powerful air conditioner and heater that can handle any extreme climate, makes the passenger feel as comfortable as they are at home.

PROFITABILITY REDEFINED

With e-ATAK you also maximize the utilization of passenger capacity. This ensures more profitability for your enterprise or municipality.

How?
e-ATAK reduces operational costs during off peak hours where oversized empty buses have redundant capacity. Fulfilling both peak and off-peak capacity demand of cities, e-ATAK brings an efficient approach to public transportation.

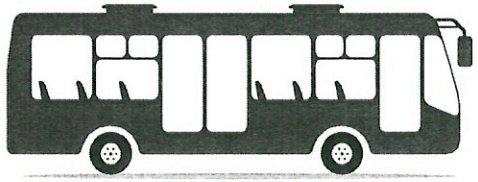


8 mt e-ATAK | 52 Passenger Capacity

Capacity Utilization

Peak Hours
%100

Off-Peak Hours
%100



12 mt Bus | 105 Passenger Capacity

Peak Hours
%100

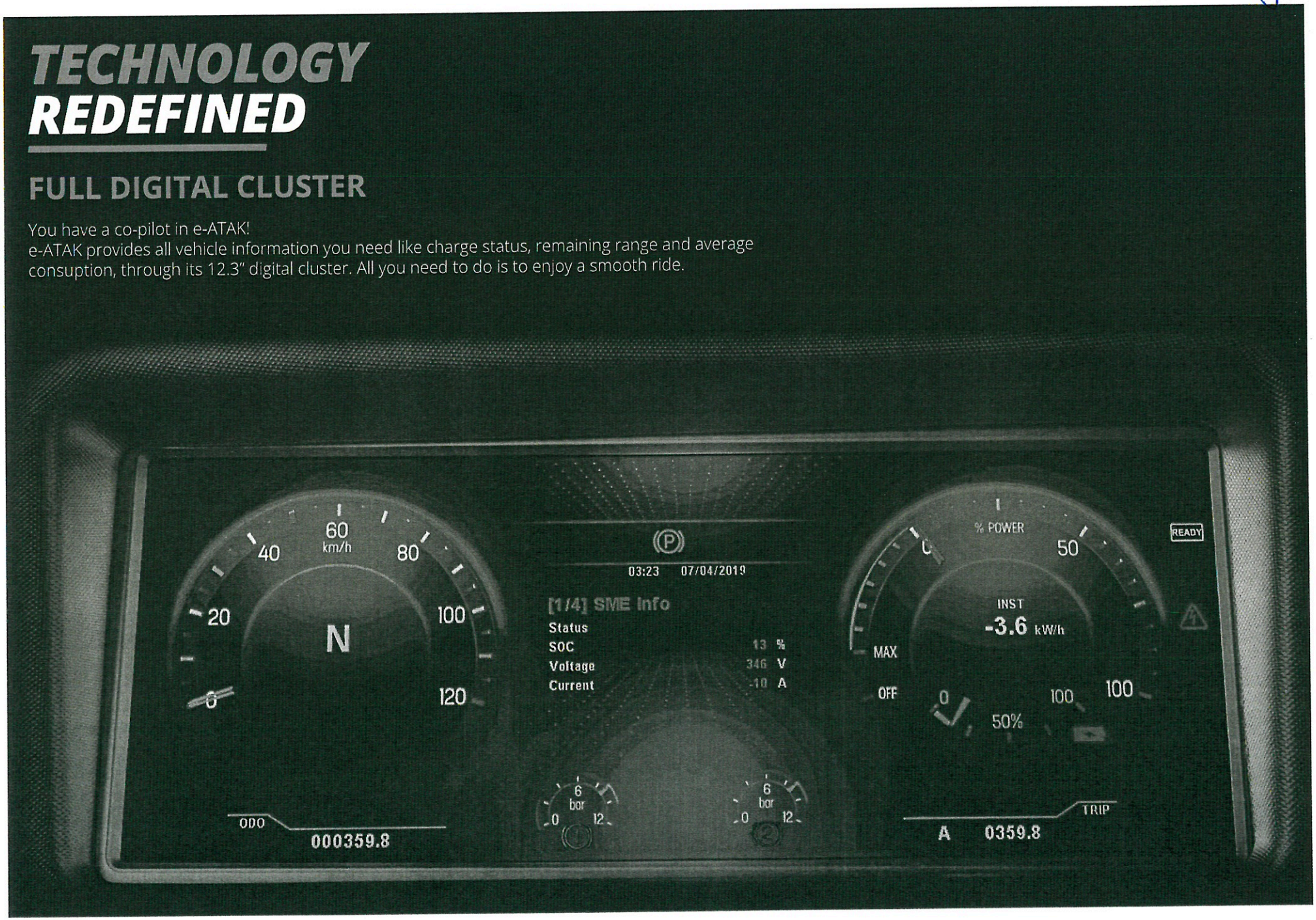
Off-Peak Hours
%50



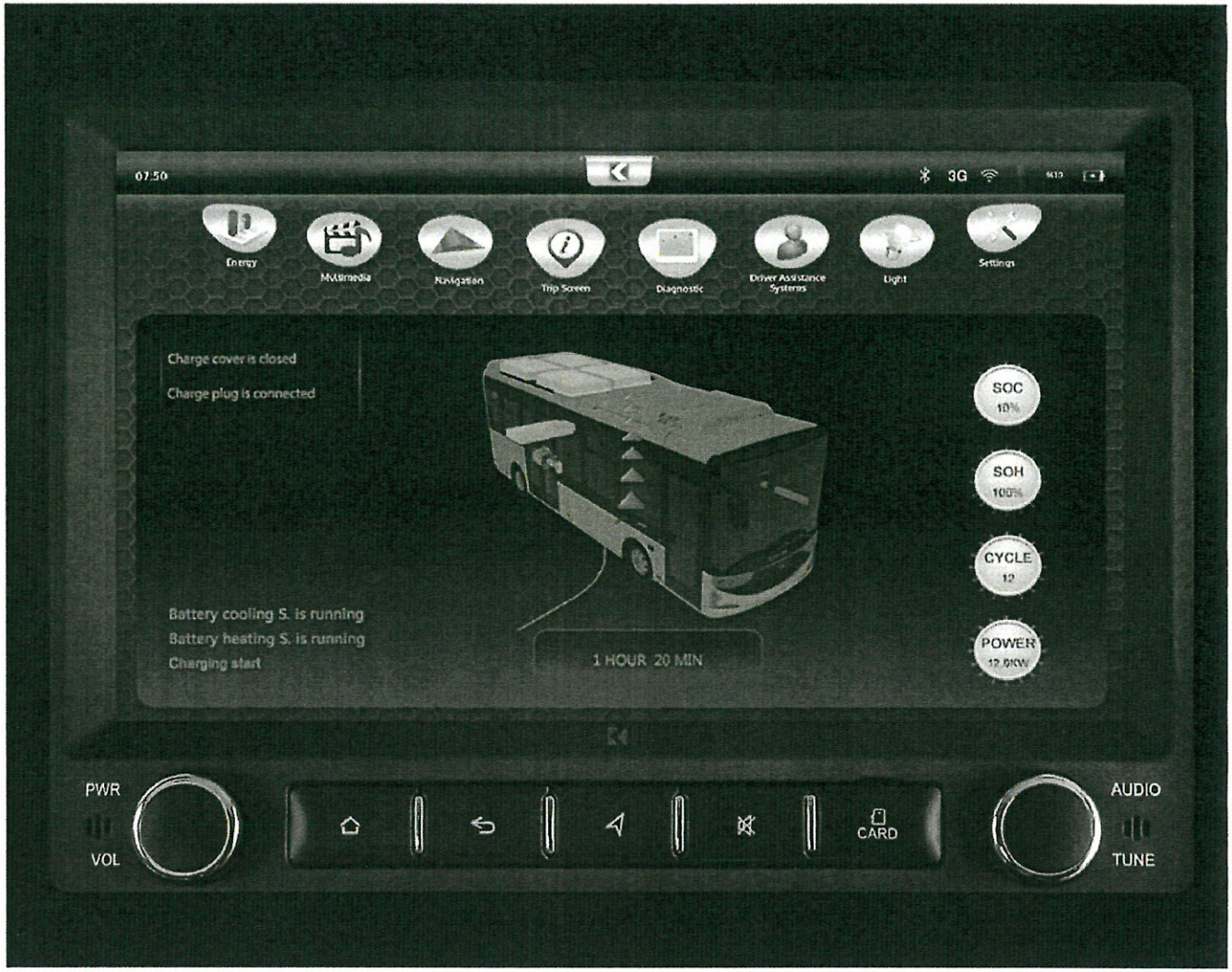
TECHNOLOGY REDEFINED

FULL DIGITAL CLUSTER

You have a co-pilot in e-ATAK!
e-ATAK provides all vehicle information you need like charge status, remaining range and average consuption, through its 12.3" digital cluster. All you need to do is to enjoy a smooth ride.







KEYLESS START & STOP

Technological solutions which make life easier are in e-ATAK. With Keyless Start & Stop, drivers can easily get in the bus with keys in their pocket and simply push the Start & Stop button to activate low voltage battery powered systems.

WI-FI & USB PORTS

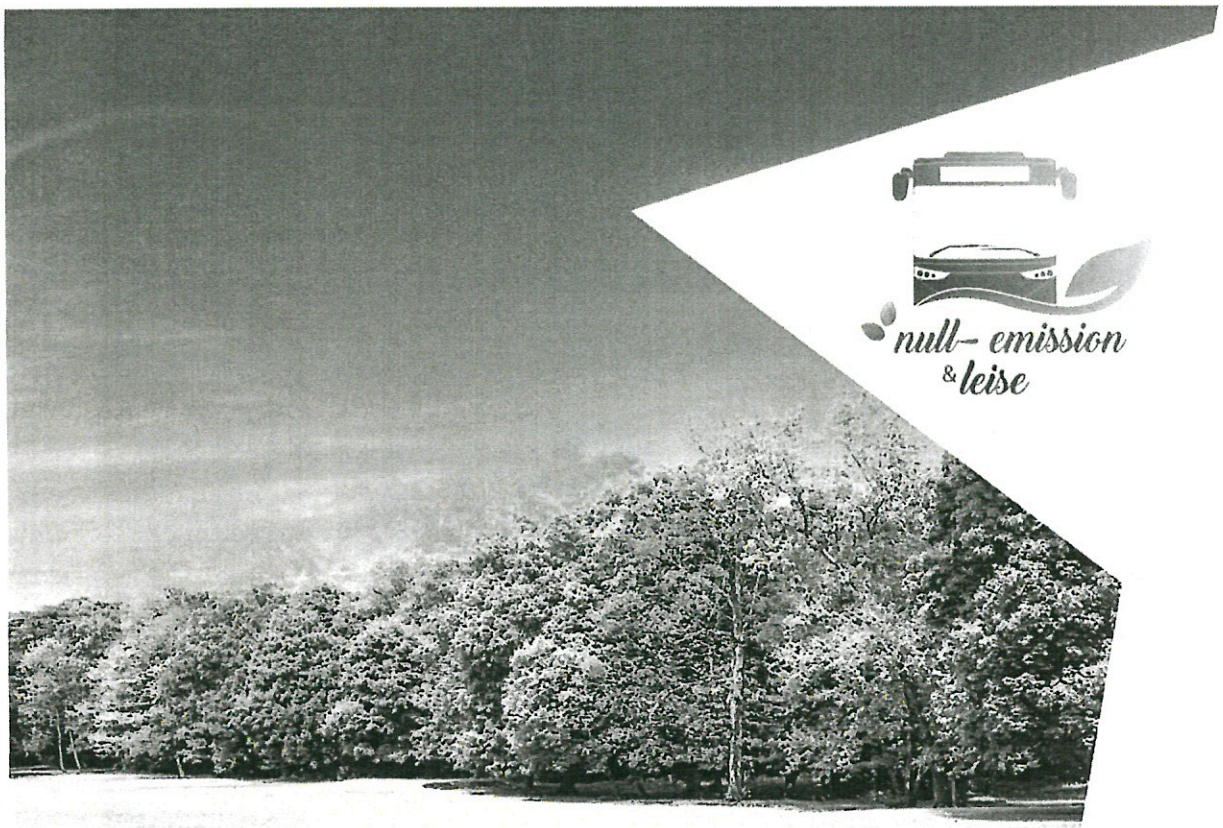
Time flies in e-ATAK. Stay connected at all times via Wi-Fi technology and allow your passengers charge their mobile phones with USB ports and travel

10.1" TOUCH SCREEN

To ensure you have a joyful journey, e-ATAK is equipped with a wide touch screen including various functions such as trip computer, tire pressure monitoring, rear camera view, air-conditioning, diagnosis, charging energy flow, multimedia and bluetooth.

Basic controls such as ECAS, lights and defroster are at your fingertips in e-ATAK to create a comfortable journey for your passengers while e-ATAK high-resolution camera views in additional 7" LCD screen ensure a safe driving experience.

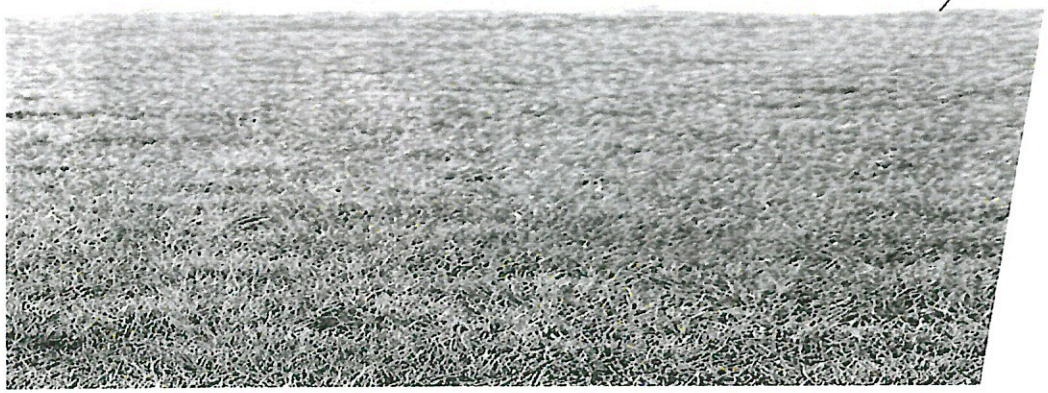

E-ATAK
ATAK



100% ELECTRIC
0% EMISSION

Thinking about the future needs cutting-edge technology. Just like the technology e-ATAK has.

e-ATAK considers the future of nature and humanity with its 100% electric motor. And its 0% emission level takes the first steps in forming a greener and cleaner city.




zero emission
& silent
E-ATAK
E-ATAK

PERFORMANCE REDEFINED

e-ATAK, with electric motor and much stronger than diesel!

The city is full of tough conditions. e-ATAK challenges and overcomes them with its strong 230 kW electric motor. Designed to operate in all climates, e-ATAK adapts itself to every condition, no matter burning summer or freezing winter.

Doesn't matter whether the roads are steep or narrow, if you own e-ATAK you are at ease. Steep or narrow streets cannot challenge e-ATAK, you will always drive at ease.



230 kW
Max. Power

2.500 Nm
Max. Torque

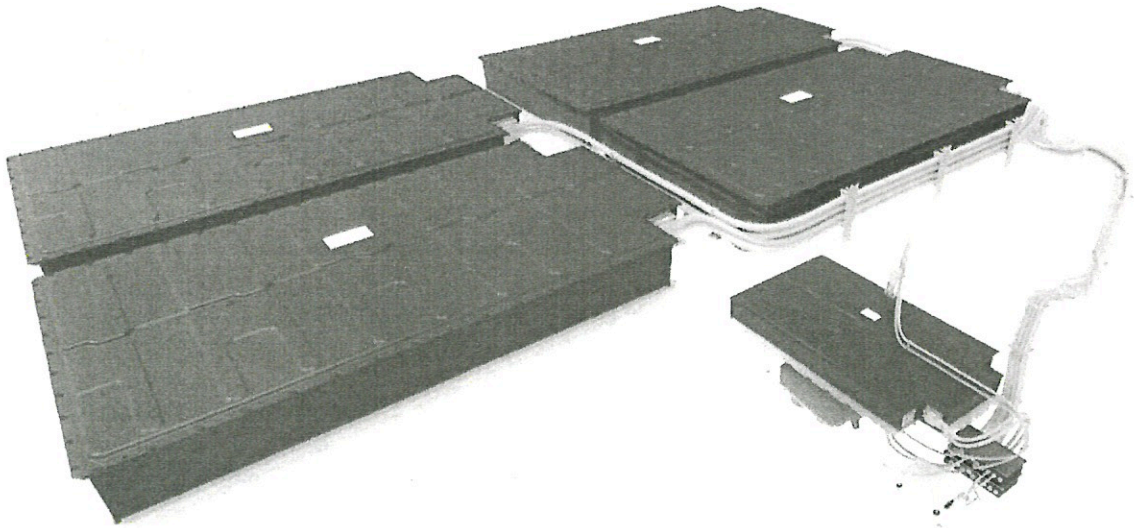


Mechanic warranty is limited to 2 years of 200.00 km. (Whichever finishes first)

BMW i. BATTERY

Proven BMW Li-Ion batteries vitalize e-ATAK.
With e-ATAK, a seamless journey begins in the city
from one end to the other. The driver goes on without interruption with
e-ATAK unrivaled range of up to 300 km. This range enables to finish more
rounds during the day without losing time charging, thus transforms the
public transport with increased ease.

BATTERY
4 YEARS / 200.000 KM
WARRANTY

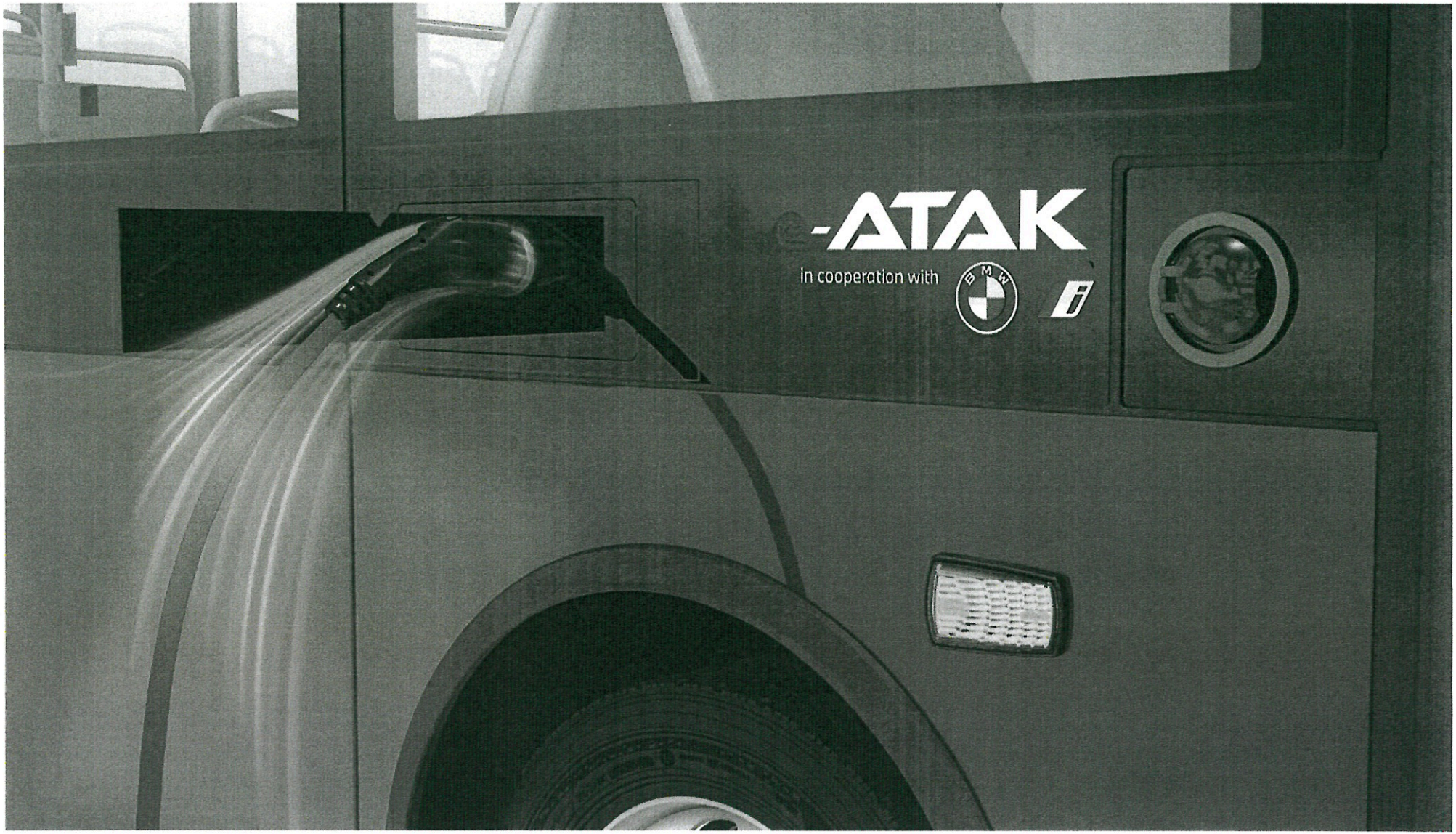


Capacity: 220 kWh
5 battery packs x 44 kWh

Range:
Up to 300 km

in cooperation with

Battery warranty is limited for 4 years or 200.000 km (whichever finishes first)



REGENERATIVE POWER

With regenerative brake system, e-ATAK can recover the kinetic energy during braking and use it to charge its batteries and extend the range.
You can select one of the 2 regenerative brake modes according to preference of kinetic energy re-gain amount.

QUICK AND EASY CHARGING

e-ATAK is easily charged through the connection on front right side.
e-ATAK can charge its battery in 5 hours by AC or in 3 hours by DC.


E-ATAK
ATAK
Easy Access Ramp
Wheelchair Area



SERVICE REDEFINED

If you have e-ATAK, you serve everyone in the best way possible. Manual ramp enables wheelchairs to get on the vehicle without any hassle. Furnished with various disabled-oriented features, e-ATAK has a wheelchair area which is designed for utmost safety during the journey. Passengers can reach the seats that are mounted on the low floor without any extra steps after getting on the vehicle.

SAFETY REDEFINED

e-ATAK offers technological active and passive safety systems in order to protect its valuable driver and passengers.

EBS ELECTRONIC BRAKE SYSTEM

HSA HILL START AID (HILL HOLDER)

ABS ANTI-LOCK BRAKING SYSTEM

FARB FRONT ANTI ROLL BAR

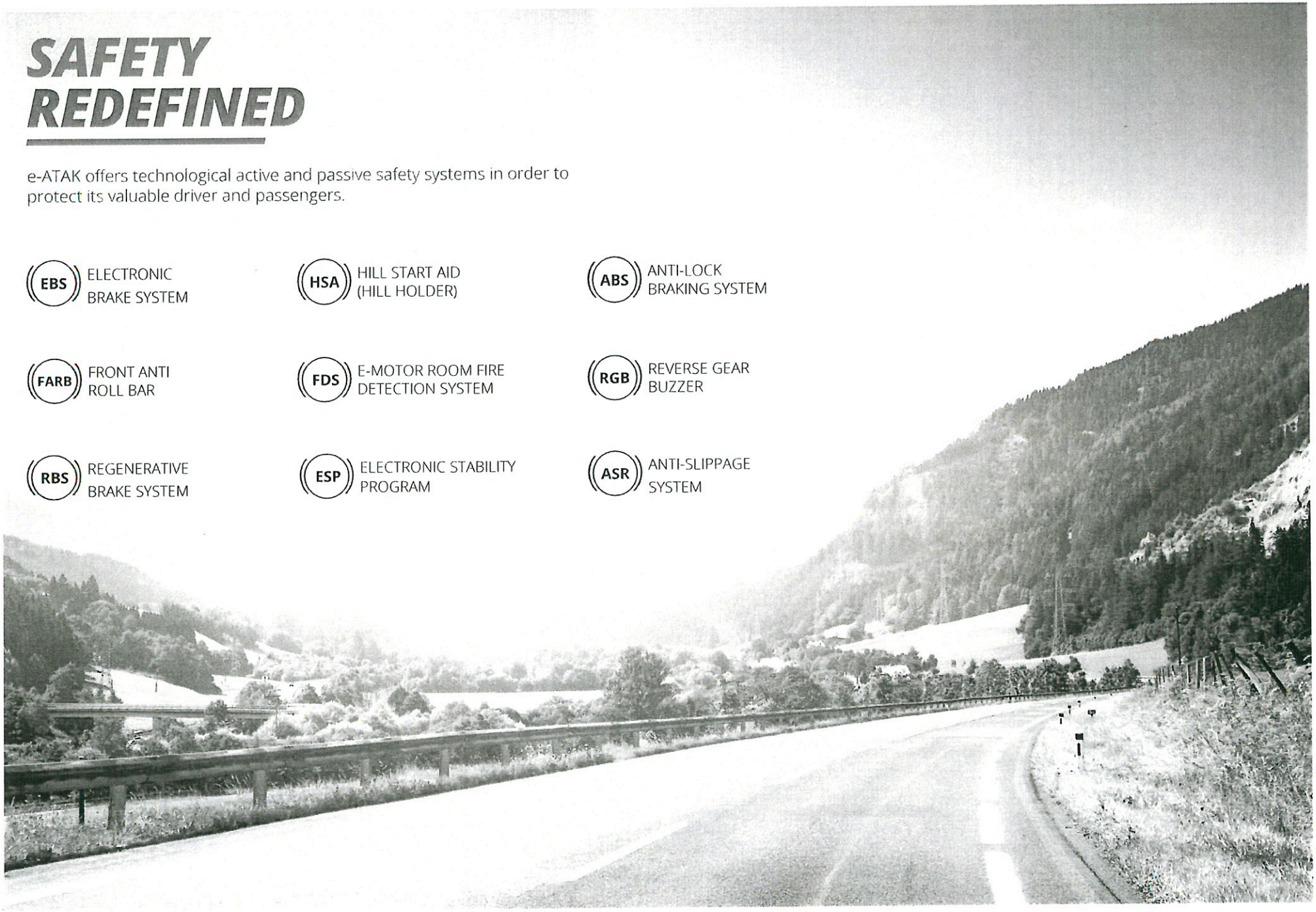
FDS E-MOTOR ROOM FIRE DETECTION SYSTEM

RGB REVERSE GEAR BUZZER

RBS REGENERATIVE BRAKE SYSTEM

ESP ELECTRONIC STABILITY PROGRAM

ASR ANTI-SLIPPAGE SYSTEM



FUTURE AND URBAN TRANSPORTATION REDEFINED



e-ATAK becomes one of the most important element of the city and future you dreamed of. While world population is increasing, natural resources are diminishing day by day. The only way to handle the problems come up with this situation is through sustainable solutions. Respecting historical cities' unique texture with its zero emission level, e-ATAK is here to accompany you.
With its compact design, e-ATAK complies with the dynamic of cities with narrow streets and protected historical sites. It doesn't pollute the city and the nature, on the contrary, it sustains a more liveable future.

Beyond advanced technology trends, e-ATAK provides unique solutions like low-floor and disabled ramp for the residents of the city and puts their comfort first. Becoming an essential piece of the livable city with decreasing the need of personal vehicles, it encouraces usage of public transport. Moreover, with its 300 km range, e-ATAK reduces the dependency of its user to charging station and


EXTEND YOUR RANGE


e-ATAK
e-ATAK
-ATAK
Range:
Up to 300 km

KARSAN... FROM PAST TO PRESENT

1966



Karsan's adventure began in 1966 with 269 independent entrepreneurs.

1981



In the first 15 years, it continued to work as a part supplier for Original Equipment Manufacturers (OEMs).



From 1981 onwards, it began manufacturing J9 minibuses for Automobiles Peugeot. Later, it manufactured the first minivan in collaboration with Peugeot.

2006



In 2006, Karsan manufactured J9 Premier, which was completely its own product. In the following yea it established strategic alliances w Hyundai, Renault and Citroen.

2021



Karsan expands its 10-12-18 meter bus range for urban transportation needs.



Karsan signed a 5-year contract with Oyak Renault for the production of Megane Sedan models.

2019



Karsan introduced Autonomous e-ATAK, the first serial-production level 4 bus in Europe and America.



Karsan now manufactures e-ATAK for a sustainable future and preserve natural resources of historical cities.

2009



In line with its vision updated in 2009 as "Limitless Transportation Solutions", Karsan developed the V1 project in response to New York's Taxi of Tomorrow tender.

2011



Starting to manufacture buses in 2011, Karsan manufactured the first big bus for Rome Municipality.

2013



In 2013, it re-developed its product portfolio with its own vehicles, namely Jest, Atak and Star.

2017



Jest+ was relaunched with an esthetic look and enhanced features.

2018



Karsan's first electric vehicle e-JEST, which is electrified by BMW i, was launched in Munich, in cooperation with BMW.



Karsan's factory, located in Hasanağa, Bursa, Turkey, having 90.000 m2 of indoor space on a total area of 200.000 m2, has a capacity of manufacturing 65.000 vehicles/year. Today, in its modern facilities Karsan has been producing for more than 50 years for the world's leading brands and its own brand



Karsan became one of the 6 finalists in the prototype design contest for a next generation delivery vehicle at US Postal Service and remained in the evaluation stage for five years and the tender was awarded to another bidder in February 2021.

TECHNICAL SPECIFICATIONS

VEHICLE TYPE	
Vehicle Category & Class	Low Floor Electric Bus, M3 Category, Class I, LHD
POWERTRAIN SYSTEM	
Drive Type	Direct Drive
Engine	TM4 Electric Motor
Maximum Power (kW)	230
Maximum Torque (Nm)	2.500
PERFORMANCE & ELECTRIC SYSTEM	
Range*	Up to 300 km
High Voltage Battery (Type - Capacity)	Li-ion 360V - 220 kWh
Charging (Type - Power - Time)	AC Type 2 - 22 kW Single - 10 h** AC Type 2 - 44 kW Double - 5 h** DC Combo 2 - 80 kW - 3 h**
BODY	
Body Type	Carbon Steel: Space Frame Steel Tube Structure
Corrosion Resistance	Cataphoresis & Underbody Coating
SUSPENSION	
Suspension	Air Suspension + Electronic Level Control + Kneeling
Front Axle	Independent
Rear Axle	Rigid Drive Axle
BRAKE SYSTEM	
Front & Rear Brakes	Pneumatic Disc Brake System
Steering Wheel	Tiltable & Telescopic Electro Hydraulic Steering Wheel
CAPACITY	
Gross Vehicle Weight (kg)	11.500
DIMENSIONS	
Overall Length (mm)	8.315
Overall Width (mm)	2.436
Overall Height (mm)	3.090
Front Overhang (mm)	2.040
Rear Overhang (mm)	1.695
Wheelbase (mm)	4.580
Standing Height (mm)	2.372
Step height, Door 1 (mm)	340 (with Kneeling) & 270 (with Kneeling)
Step height, Door 2 (mm)	340 (with Kneeling) & 270 (with Kneeling)
Approaching / Departure Angles (°)	7,8 / 8,8
Turning Radius (Kerb to Kerb) (Standard Mirrors) (mm)***	6.312
TIRES	
Front Tire Sizes & Rim Sizes	245/70 R17.5 & 6.75"x J17.5" Single
Rear Tire Sizes & Rim Sizes	225/75 R17.5 & 6"x J17.5" Double

* Range may vary depending on various factors, in particular: individual driving style, route characteristics, outside temperature, heating/air conditioning, seated & standing passenger weight.

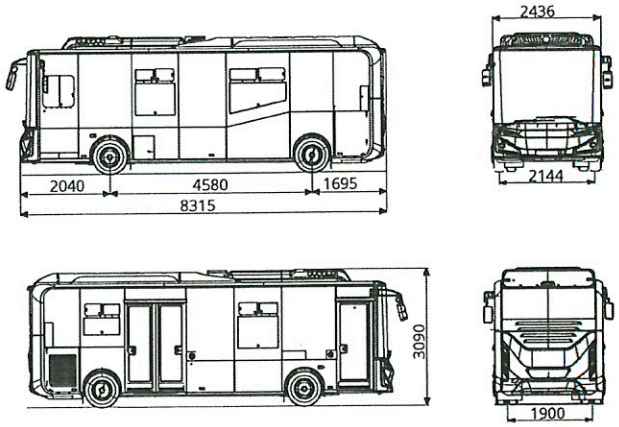
** From 0% to 80% battery capacity in ideal conditions.

*** May change in case of using Mirror Camera option.

PASSENGER CAPACITY ALTERNATIVES

	Seated	Max. Standing	Foldable	WheelChair	Max. Total Passenger****
18+4	18	34	-	-	52
	18	28	-	1	47
	18	29	4	-	51
21+2	21	31	-	-	52
	21	25	-	1	47
	21	25	2	-	48
21+4	21	31	-	-	52
	21	25	-	1	47
	21	25	4	-	50

****Passenger capacity depends on selected optional features & wheelchair area utilization. Wheelchair is valid only when foldable seats are not being used.



EQUIPMENT FEATURES

STYLE

Exterior Design

LED Front & Rear Lights	S
LED Day Time Running Lamps	S
Front Fog Lamp	S
3rd Stop Lamp	O
Electrical and Heated Mirrors	S
Mirror Cameras	O
5 Sliding Side Windows	S
Light Tinted Color Side Glass	S
Dark Tinted Color Side Glass	O
7 Sliding Side Windows[1]	O
Heated Windscreen	S
Sliding Heated Driver's Window	S
Heated Front Door Window	S
Monocolor LED Destination (Front + Side + Rear)	S
Front & Rear 17.5" Steel Wheels	S
Wheel Covers	S
Cataphoresis & Underbody Coating	S
Spare Tire	O
Body Color: White	S
Body Colors: (Opac Colors)	O

Interior Design

Anti-Slip PVC Floor Cover, Green Patterned	S
Handrail Tubes, Stainless Steel	S
Handgrips	S
Stop Signs + Digital Clock + Temperature Indicator	S
Billboard[2]	O
Outdoor Billboard (Right & Left Side)	O

TECHNOLOGY

Charging Infrastructure

Single On-Board Charger	S
Double On-Board Chargers	O

Driver Compartment

12" Full Digital Cluster	S
Rear Park Sensors	S
Ticket Validator Preparation (Front)	S
Smart Tachograph	O
2 x Driver Area Speakers	S
Manuel Locking System	S
Start & Stop Button (Keyless)	S
External Speaker	O
Coat Hook	S
FMS Gateway	S

Audio & Video Systems

Radio + USB Port + Bluetooth Connections	S
Announcement System for Passenger Area - 5 x Passenger Speakers + Goose Neck Microphone + Amplifier	O
10.1" Multimedia Touchscreen	S
Rear Camera	S
Wi-Fi Router	O
Roof Mounted Fixed 19" LCD Screen with USB	O
DVR (1 TB) ; Front, Driver, Inside, Service Door Cameras (Touchscreen Integrated)	O
DVR (1 TB) ; Front, Driver, Inside, Service Door Cameras (7" LCD Screen Integrated)	O

COMFORT

Cooling & Heating

Passenger A/C with Heating Function	S
Driver A/C with Heating Function	S
Passenger Area Heater 12 kW	S
Passenger Sidewall Heater	S
Pre-heater[3]	O

Driver Compartment

8-Way Pneumatic Driver Seat with 3-Point Seat Belt (ISRI)	S
Driver Seat with Heating Function	O
Isolated Cabin (Rear as Glass)	S
Seperated Driver Cabin with High Glass	O
Driver Side Window Manual Sun Visor	O
Front Manual Sun Visor	S
Alcoholmeter Preperation	O

Passenger Area

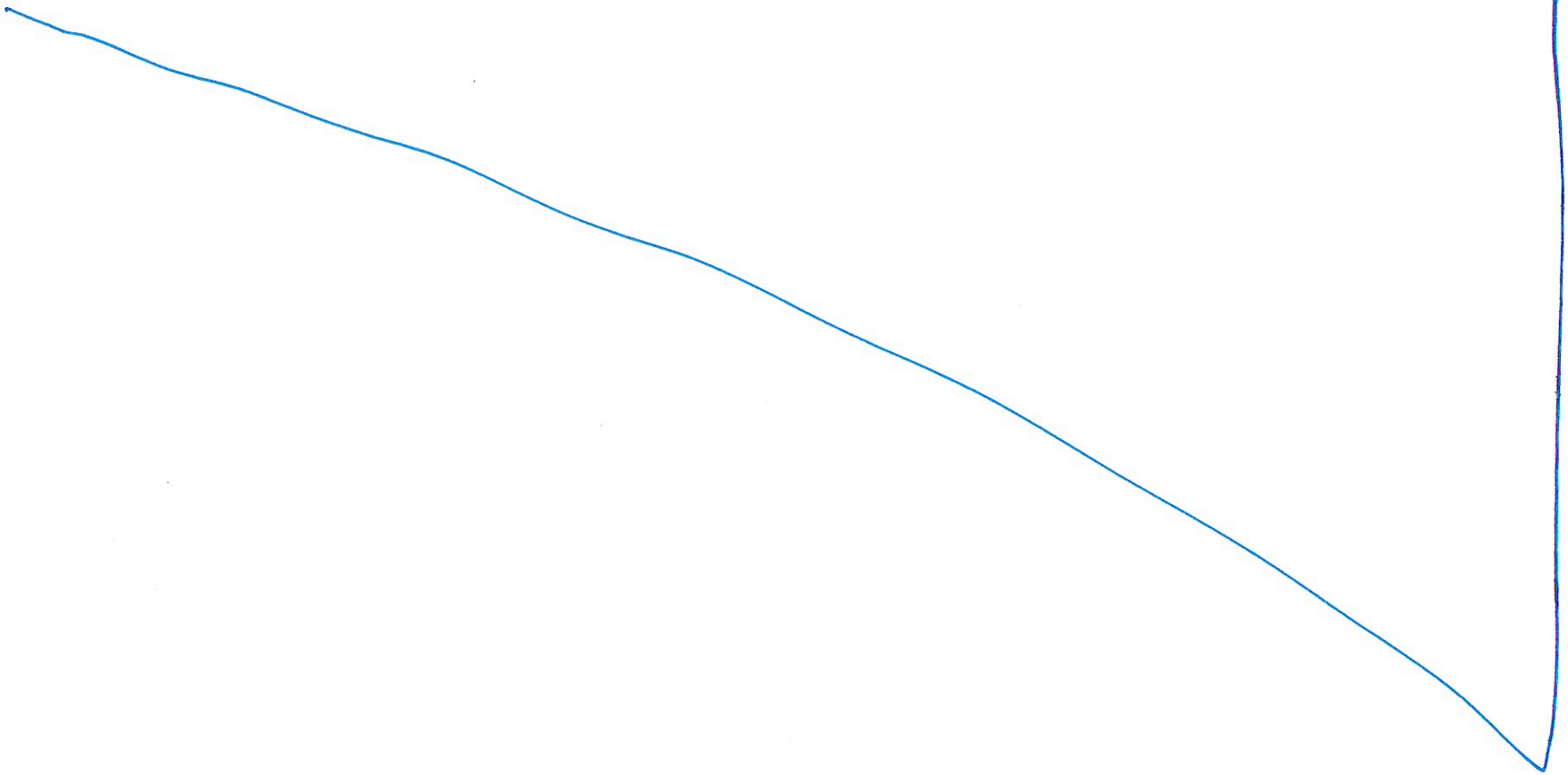
Plastic Type Passenger Seats	S
Plastic Type Passenger Seats (with Pad & Fabric)	O
Shuttle Type Passenger Seats (Seat Back Plastic)	O
Backrest Totem and Wheelchair Designations	S
Manual Wheelchair Access Ramp	S
USB on Sidewalls	S
Door Compress Prevention	S

SAFETY

ESP - Electronic Stability Program	S
EBS - Electronic Brake System	S
ABS - Anti-Lock Braking System	S
ASR - Anti-Slippage System	S
RBS - Regenerative Brake System	S
HSA - Hill Start Aid	S
Front Anti Roll Bar	S
E-Motor Room Fire Detection System	S
Fire Supression System[3]	O
Reverse Gear Buzzer	S

S : Standard O : Option

[1] 7 Sliding Side Windows can be selected with Dark Tinted Color Side Glass.
[2] Only without Rear (Cabin) Separation Window.
[3] Options can not be selected separately from each other.



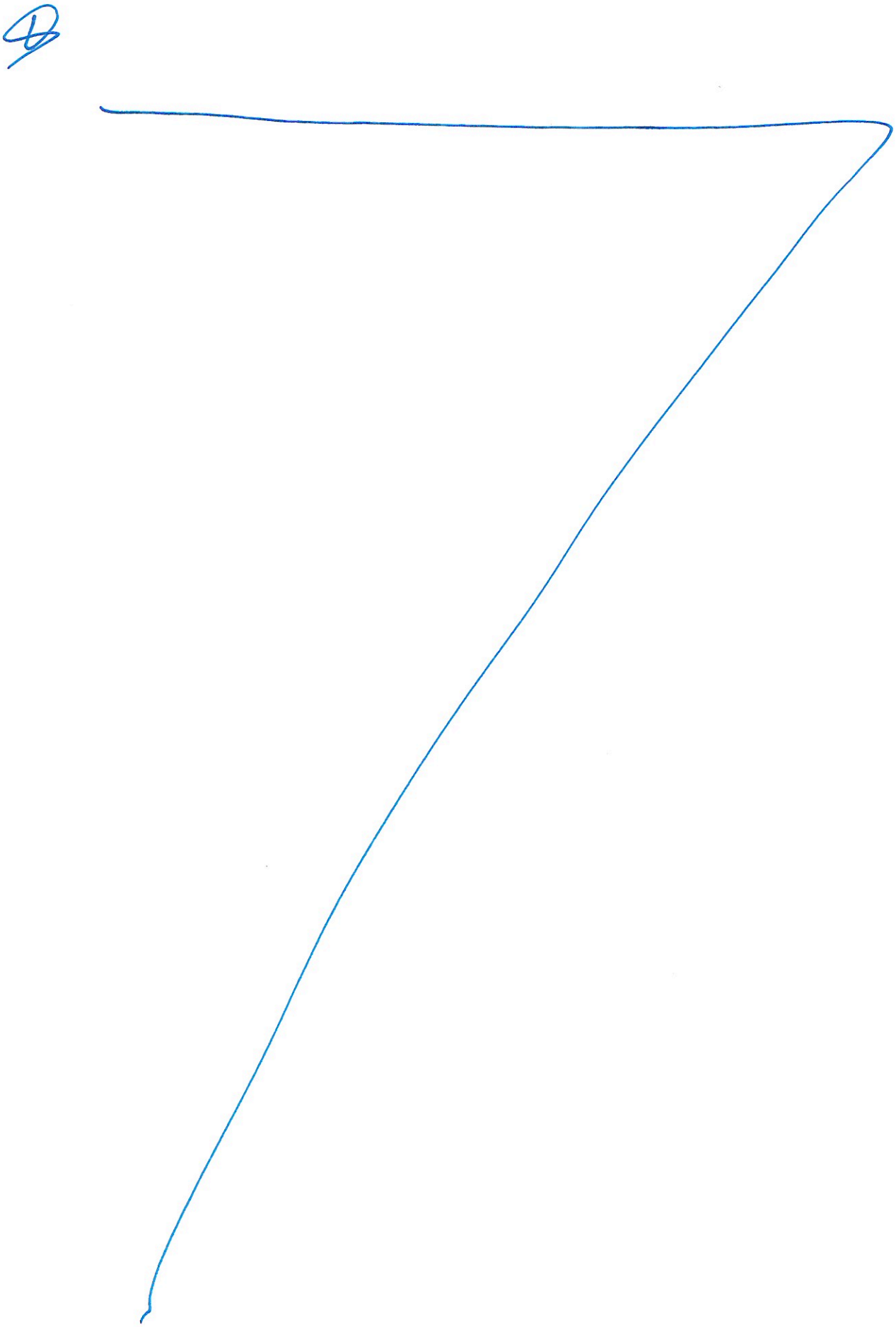
Authorized Dealer

KARSAN

All information and images included in this brochure are based on the technical specifications that are applicable on the printing date of the brochure. All features provided are standard or optional depending on different versions of the vehicles. In the scope of continuous product improvement policy, Karsan always reserves its right to make changes in the specifications without providing any notification to third parties. This brochure does

LOTE 1 Autocarros Elétricos

	DIMENSÕES		OPCIONAL 1.1	OPCIONAL 1.2	OPCIONAL 1.3	OPCIONAL 1.4	OPCIONAL 1.5	OPCIONAL 1.6	OPCIONAL 1.7	OPCIONAL 1.8	OPCIONAL 1.9	OPCIONAL 1.10
1	Chassis	Tipo		LowFloor	LowFloor	LowFloor	LowFloor	LowFloor			LowEntry	LowEntry
		Classe	I	I	I	I	I	B	II	II	II	II
		Categoria	M3	M3	M3	M3	M3	M2 ou M3	M3	M3	M3	M4
		Peso Bruto		≥ 10.000 Λ ≤ 11.000 kg	≥ 14.000 Λ ≤ 15.000 kg							
		Tipo	Elétrico, Trifásico, Síncrono de imans permanentes	Elétrico, Trifásico, Síncrono de imans permanentes	Elétrico, Trifásico, Síncrono de imans permanentes	Elétrico, Trifásico, Síncrono de imans permanentes	Elétrico, Trifásico, Síncrono de imans permanentes	Elétrico, Trifásico, Síncrono de imans permanentes	Elétrico, Trifásico, Síncrono de imans permanentes	Elétrico, Trifásico, Síncrono de imans permanentes	Elétrico, Trifásico, Síncrono de imans permanentes	Elétrico, Trifásico, Síncrono de imans permanentes
		Potência máxima	≥ 130 kW	≥ 215 kW	≥ 250 kW	≥ 215 kW	≥ 250 kW	≥ 135 kW	≥ 130 kW	≥ 240 kW	≥ 240 kW	≥ 240 kW
		Binário máximo	≥ 350 Nm	≥ 2500 Nm	≥ 2700 Nm	≥ 2400 Nm	≥ 20.000 Nm	≥ 290 Nm	≥ 350 Nm	≥ 3200 Nm	≥ 3200 Nm	≥ 3200 Nm
		Gradiente Máx. de Operação	≥ 15%	≥ 24%	≥ 20%	≥ 15%	≥ 15%	≥ 25%	≥ 15%	≥ 20%	≥ 20%	≥ 20%
3	Baterias de tração	Tecnologia	Li-Ion	Li-Ion	Li-Ion	Li-Ion	Li-Ion	Li-Ion	Li-Ion	Li-Ion	Li-Ion	Li-Ion
		Capacidade	≥ 135 kWh	≥ 220 kWh	≥ 200 kWh	≥ 220 kWh	≥ 275 kWh	≥ 88 kWh	≥ 135 kWh	≥ 275 kWh	≥ 275 kWh	≥ 275 kWh
		Automomia	≥ 235 km	≥ 300 km	≥ 240 km	≥ 300 km	≥ 300 km	≥ 210 km	≥ 235 km	≥ 220 km	≥ 220 km	≥ 220 km
		Tipo de Carregamento		AC Tipo 2 - 22 kW	DC Combo ≥ 45 kW	AC Tipo 2 - 22 kW		AC Tipo 2 - 22 kW				
				AC Tipo 2 - 44 kW	DC Combo ≥ 80 kW	AC Tipo 2 - 44 kW	DC Combo ≥ 80 kW	AC Tipo 2 - 44 kW				
			DC Combo 2 ≥ 50 kW	DC Combo 2 ≥ 80 kW	DC Combo ≥ 150 kW	DC Combo ≥ 80 kW	Pantógrafo ≥ 140 kW	DC Combo ≥ 50 kW	DC Combo ≥ 50 kW	DC Combo ≥ 50 kW	DC Combo ≥ 50 kW	DC Combo ≥ 50 kW
4	Suspensão	Tipo	Pneumática integral	Pneumática integral	Pneumática integral	Pneumática integral	Pneumática integral		Pneumática integral	Pneumática integral	Pneumática integral	Pneumática integral
		Controlo	Controlo eletrónico regulável em altura	Controlo eletrónico regulável em altura	Controlo eletrónico regulável em altura	Controlo eletrónico regulável em altura	Controlo eletrónico regulável em altura		Controlo eletrónico regulável em altura	Controlo eletrónico regulável em altura	Controlo eletrónico regulável em altura	Controlo eletrónico regulável em altura
5	Eixos	Número	Dois eixos, com rodado duplo no 2ª eixo	Dois eixos, com rodado duplo no 2ª eixo	Dois eixos, com rodado duplo no 2ª eixo	Dois eixos, com rodado duplo no 2ª eixo		Dois eixos, com rodado simples no 2ª eixo	Dois eixos, com rodado duplo no 2ª eixo	Dois eixos, com rodado duplo no 2ª eixo	Dois eixos, com rodado duplo no 2ª eixo	Dois eixos, com rodado duplo no 2ª eixo
		Motriz	2ª Eixo	2ª Eixo			2ª e 3ª Eixo	1ª Eixo	2ª Eixo	2ª Eixo	2ª Eixo	2ª Eixo
6	Superestrutura	Estrutura / Material	Monocoque / Aço Inox ou Aluminio	Aço carbono	Aço carbono	Aço carbono	Aço carbono	Aço carbono	Monocoque / Aço Inox ou Aluminio	Monocoque / Aço Inox ou Aluminio	Monocoque / Aço Inox ou Aluminio	Monocoque / Aço Inox ou Aluminio
		Tratamento anti-corrosivo		Cataforese (tratamente integral da superestrutura sob o processo de submersão)	Cataforese (tratamente integral da superestrutura sob o processo de submersão)	Cataforese (tratamente integral da superestrutura sob o processo de submersão)	Cataforese (tratamente integral da superestrutura sob o processo de submersão)	Cataforese (tratamente integral da superestrutura sob o processo de submersão)				
7	Dimensões	Comprimento	≥ 6.900 Λ ≤ 7.000 mm	≥ 8.200 Λ ≤ 8.350 mm	≥ 9.350 Λ ≤ 9.500 mm	≥ 8.200 Λ ≤ 8.350 mm	≤ 18.500 mm	≥ 5.750 Λ ≤ 6.000 mm	≥ 6.900 Λ ≤ 7.000 mm	≥ 9.000 Λ ≤ 9.300 mm	≥ 9.300 Λ ≤ 9.500 mm	≥ 10.000 Λ ≤ 12.500 mm
		Largura [mm]	> 2.050 Λ ≤ 2.150 mm	> 2.350 Λ ≤ 2.450 mm	> 2.350 Λ ≤ 2.450 mm	> 2.350 Λ ≤ 2.450 mm	≥ 2.400 Λ ≤ 2.550 mm	≥ 2.050 Λ ≤ 2.150 mm	≥ 2.050 Λ ≤ 2.150 mm	≥ 2.400 Λ ≤ 2.550 mm	≥ 2.400 Λ ≤ 2.550 mm	≥ 2.400 Λ ≤ 2.550 mm
		Altura [mm]	≤ 3.100 (incluindo equipamentos instalados sobre o tejadilho)	≤ 3.100 (incluindo equipamentos instalados sobre o tejadilho)	≤ 3.200 (incluindo equipamentos instalados sobre o tejadilho)	≤ 3.300 (incluindo equipamentos instalados sobre o tejadilho)	≤ 3.300 (incluindo equipamentos instalados sobre o tejadilho)	≤ 2.850 (incluindo equipamentos instalados sobre o tejadilho)	≤ 3.100 (incluindo equipamentos instalados sobre o tejadilho)	≤ 3.300 (incluindo equipamentos instalados sobre o tejadilho)	≤ 3.900 (incluindo equipamentos instalados sobre o tejadilho)	≤ 3.900 (incluindo equipamentos instalados sobre o tejadilho)
8	Portas de Serviço	Quantidade/Posição	≥ 1 Porta de serviço, situada do lado direito da viatura	≥ 2 Portas de serviço, situadas do lado direito da viatura	> 2 Portas de serviço, situadas do lado direito da viatura	≥ 2 Portas de serviço, situadas do lado direito da viatura	≥ 2 Portas de serviço, situadas do lado direito da viatura	1 Porta de serviço, situada do lado direito da viatura	1 Porta de serviço, situada do lado direito da viatura	2 Portas de serviço, situadas do lado direito da viatura	≥ 2 Portas de serviço, situadas do lado direito da viatura	≥ 2 Portas de serviço, situadas do lado direito da viatura
		Acionamento		Eletropneumático	Eletropneumático	Eletropneumático	Eletropneumático	Eletrico	Eletropneumático	Eletropneumático	Eletropneumático	Eletropneumático
9	Lotação		≥ (14 Lug. Sent.+ 10 Pé + PMR) + 1 Mot.	≥ (21 Lug. Sent.+ 25 Pé + PMR) + 1 Mot.	≥ (26 Lug. Sent.+ 25 Pé + PMR) + 1 Mot.	≥ (21 Lug. Sent.+ 25 Pé + PMR) + 1 Mot.	≥ (32 Lug. Sent.+ 43 Pé + PMR) + 1 Mot.	≥ (10 Lug. Sent.) + 1 Mot.	≥ (14 Lug. Sent.) + 1 Mot.	≥ (26 Lug. Sent.+ 4 Pé) + 1 Mot.	≥ (39 Lug. Sent.+ 5 Pé) + 1 Mot.	≥ (44 Lug. Sent.+ 5 Pé) + 1 Mot.
10	Observações				Véículo de condução autónoma, no mínimo de nível 4	Véículo de condução autónoma, no mínimo de nível 4	Veículos com tração em todos os eixos exceto o 1º					



Data da mensagem
25/03/2022 15:45

Tipo de Mensagem
Esclarecimentos

Data da Assinatura
⚠Assinatura em falta

Da Entidade:
UIC-Unidade de Industria Auto Mecânica do Centro ,

Utilizador
Pedro Antunes

Referência
CNCM - AQ/57/2022

Descrição do Procedimento
Acordo Quadro para Aquisição de Autocarros e Miniautocarros, elétricos e de ciclo diesel

Assunto
Esclarecimentos

Corpo da Mensagem

Exmos. Srs.
A UIC – Unidade de Indústria Auto Mecânica do Centro, S.A., com NIPC 502 523 069 e sede em Rua dos Pinheiros, nº 309, 6100-266 Cernache do Bonjardim, vem no âmbito do Caderno de Encargos do Concurso
Público - "Acordo Quadro para Aquisição de Autocarros e Miniautocarros, elétricos e ciclo diesel", solicitar os seguintes esclarecimentos :

Opcional 1.2
Existem no mercado diversas soluções que cumprem as exigências do opcional 1.2, sendo que dentro dessas soluções o mesmo veículo poderá ser Classe I ou II.
Neste contexto e quando em Classe II, tipicamente pelo mesmo valor, os veículos também estão aptos ao transporte de crianças, pelo que solicitados que se esclareça se também se admite veículos
com capacidade de transporte de crianças?

Opcional 1.3
Existem no mercado diversas soluções que cumprem todas as exigências do opcional 1.3, sendo que dentro dessas opções o mesmo veículo poderá ser Classe I ou II.
Neste contexto e quando em Classe II, os veículos também estão aptos ao transporte de crianças, pelo que solicitados que se esclareça se também se admite veículos com capacidade de transporte de crianças?
No Anexo A, indicam que se trata de veículos de condução autónoma, no entanto no caderno de encargos não está identificada essa exigência neste opcional nem o preço nos parece enquadrado
num veículo dessa natureza, pelo que solicitamos que se esclareça se é ou não o veículo pretendido.

Opcional 2.3, 2.4 e 2.5
Verifica-se no Anexo A que os Opcionais 2.3, 2.4 e 2.5, pretendem viaturas de Classe I, no entanto também se exige que sejam certificadas para transporte de crianças,
solicitamos que se esclareça, trata-se de um lapso de escrita quanto ao transporte de crianças ou será Classe I ou II?

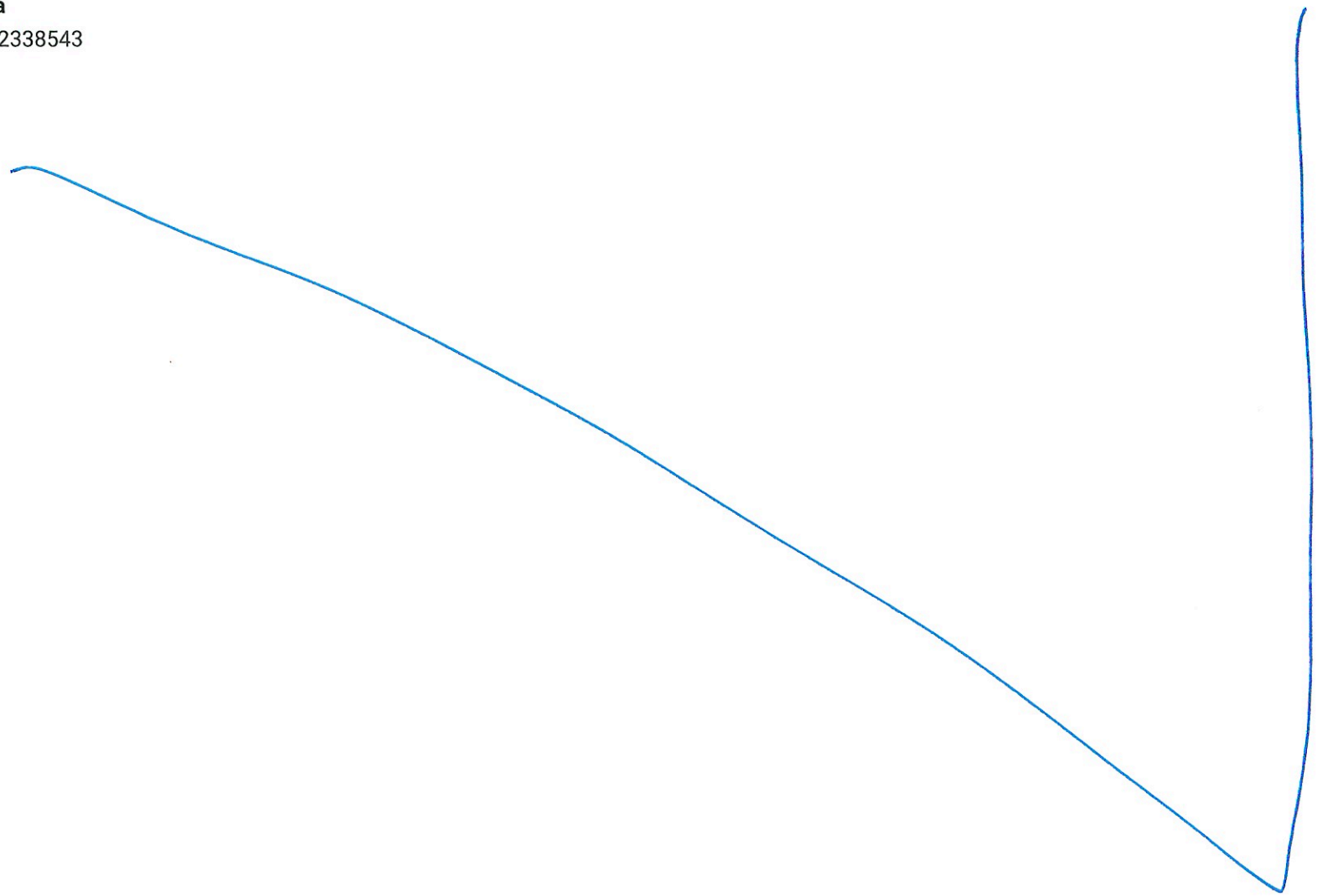
Gratos pela atenção dispensada,

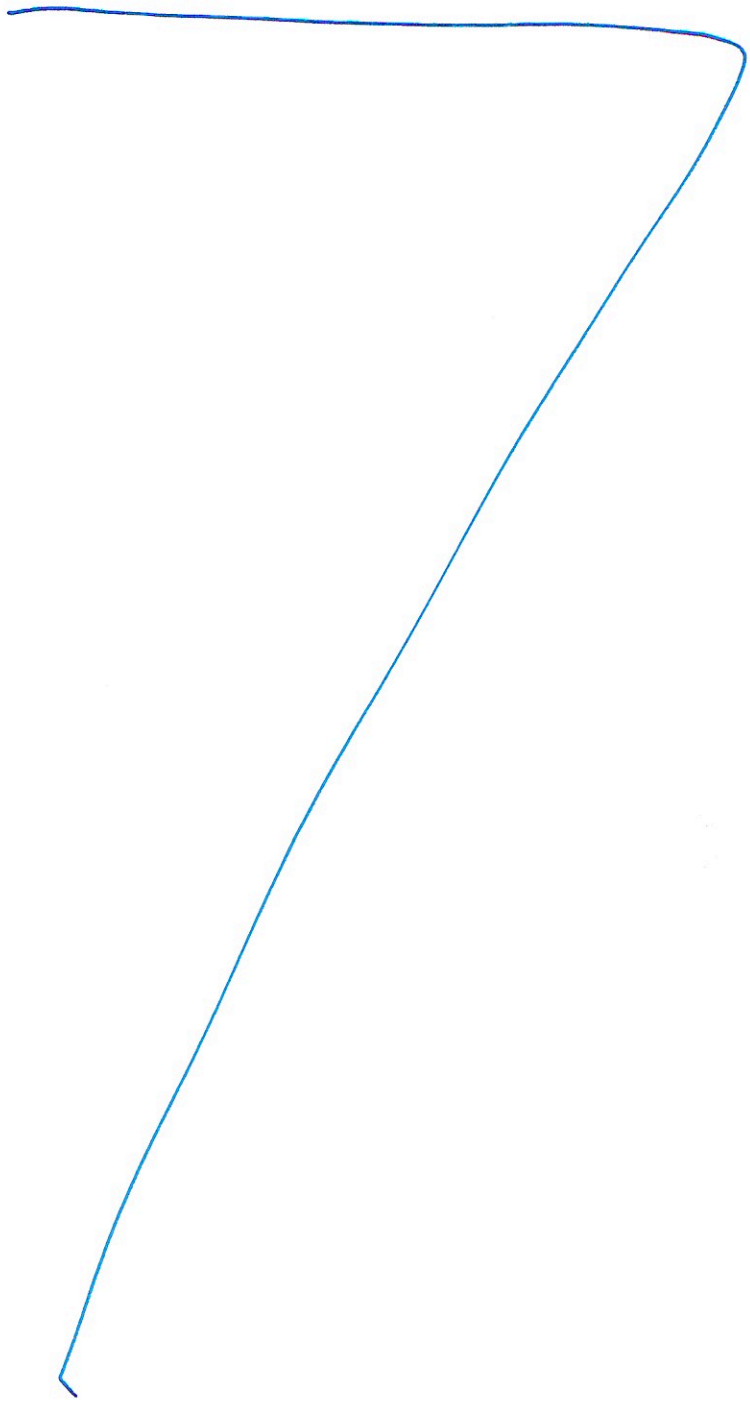
Nuno Melo
(Administrador)

Outros Dados

Referência

PT1.MSG.2338543





CONNECT®
CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS MUNICIPAIS

Central Nacional de Compras Municipais

Procedimento: CNCM-AQ/57/2022 - ACORDO QUADRO PARA AQUISIÇÃO DE AUTOCARROS E MINIAUTOCARROS, ELÉTRICOS E DE CICLO DIESEL

ESCLARECIMENTOS

Questão colocada pela entidade Auto Sueco Portugal – veículos pesados, S.A.

Questão 1:

"Lote 1 Autocarros Elétricos

Opcional 1.2

1) Peso Bruto ≥ 10.000 Λ ≤ 11.000 kg
   - Solicitamos apresentar proposta com o modelo ISUZU VOLT cujo Peso Bruto é de 11.600Kg

7) Dimensões – comprimento ≥ 8.200 Λ ≤ 8.350 mm
   - Solicitamos apresentar proposta com o modelo ISUZU VOLT cujo comprimento é de 8.010mm

7) Dimensões – Altura ≤ 3.100mm (incluindo equipamentos instalados sobre o tejadilho)
   - Solicitamos apresentar proposta com o modelo ISUZU VOLT cuja Altura (incluindo equipamentos instalados sobre o tejadilho) é de 3.258mm"

R1: O proposto pressupõe a diminuição da dimensão comprimento e o aumento da dimensão altura máxima do veículo e da grandeza Peso Bruto. Com a alterações sugeridas e em especial refletindo pela alteração de diminuição da dimensão cumprimento, está (ainda que de forma indireta) o interessado a propor um veículo que no limite terá no máximo a lotação mínima definida, quando o pretendido é efetivamente o contrário, pretende-se maximizar a capacidade de transporte com qualidade de serviço e garantias de conforto, por tal entende-se que o solicitado é uma clara e evidente diminuição da capacidade de transporte para viaturas da dimensão pretendida, pelo que as sugestões de alteração propostas pelo interessado não devem ser tidas em consideração e mantém-se as características definidas no Anexo A.

Questão 2:

"Lote 2 Mini Autocarro - Combustão

Opcional 2.5

8) Dimensões – Comprimento >9.500 Λ ≤ 9.500 mm
   - Solicitamos apresentar proposta com o modelo ISUZU Citibus cujo Comprimento é de 9.515mm

10) Lotação ≥ 29 Lug. Sent. + 1 Mot.
    - Solicitamos apresentar proposta com o modelo ISUZU Citibus cuja lotação é de:
        - 25 passageiros sentados (s) + 43 de pé (p) + 1 motorista (m) ou
        - 24 (s) + 45 (p) + 1 (m)
        - 24 (s) + 37 (p) + 1 PMR + 1 (m)"

R2: Relativamente ao exposto, importa esclarecer que a alteração sugerida afigura-se numa solução que diminui a capacidade de transporte de passageiros sentados, pelo que estamos perante uma clara e evidente sugestão que diminui uma capacidade de transporte de passageiros sentados e que se reflete na redução da qualidade de serviço prestado, pelo que não se atende ao solicitado pelo interessado e matem-se o definido no campo "Lotação" do Anexo A, ou seja, só se aceitam viaturas que no mínimo tenham 29 Lugares Sentados.

Questão colocada pela entidade UIC – Unidade de Indústria Auto Mecânica do Centro, S.A.

Questão 1:

"Opcional 1.2

Existem no mercado diversas soluções que cumprem as exigências do opcional 1.2 sendo que dentro dessas soluções o mesmo veículo poderá ser Classe I ou II.

Neste contexto e quando em Classe II, tipicamente pelo mesmo valor, os veículos também estão aptos ao transporte de crianças, pelo que solicitamos que se esclareça se também se admite veículos com capacidade de transporte de crianças?"

R1: Nos termos descrito, julga-se que estamos perante uma solução que supera os requisitos exigidos, no entanto quando em Classe II, deve o veículo ter, no mínimo, a mesma quantidade de lugares sentados descrita no Anexo A, ou seja, de ter pelo menos 21 Lugares sentados e estar devidamente preparado, certificado e legalizado para efetuar o transporte de crianças.

Questão 2:

"Opcional 1.3

Existem no mercado diversas soluções que cumprem as exigências do opcional 1.3 sendo que dentro dessas opções o mesmo veículo poderá ser Classe I ou II.

Neste contexto e quando em Classe II, os veículos também estão aptos ao transporte de crianças, pelo que solicitamos que se esclareça se também se admite veículos com capacidade de transporte de crianças?

No Anexo A, indicam que se trata de veículos de condução autónoma, no entanto no caderno de encargos não está identificada essa exigência neste opcional nem o preço nos parece enquadrado num veículo dessa natureza, pelo que solicitamos que se esclareça se é ou não o veículo pretendido."

R2: Tal como descrito para o Opcional 1.2, considera-se que se trata de uma sugestão de alteração que supera as exigências descritas no Anexo A. No entanto, quando em Classe II, deve o veículo ter no mínimo a mesma quantidade de lugares sentados descrita no Anexo A, ou seja, deve ter pelo menos 26 Lugares sentados, e estar devidamente preparado, certificado e legalizado para efetuar o transporte de crianças.

CONNECT®
CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS MUNICIPAIS

Quando à questão colocada acerca do Anexo A, trata-se de um lapso como facilmente se identifica através da leitura do caderno de encargos, pelo que no Opcional 1.3 não se trata de um veículo de condução autónoma.

Questão 3:

"Opcional 2.3, 2.4 e 2.5

Verifica-se no Anexo A que os Opcionais 2.3, 2.4 e 2.5, pretendem viaturas de Classe I, no entanto também se exige que sejam certificadas para transporte de crianças, pelo que solicitamos que se esclareça, trata-se de um lapso de escrita quanto ao transporte de crianças ou será Classe I ou II?"

R2: Trata-se de viaturas de Classe I, pelo que a exigência de legalização para transporte de crianças não se aplica a veículos desta classe, logo esclarece-se de forma inequívoca que se trata de um lapso, não devendo ser considerado o descrito no campo "Observações" do anexo A.

Oeiras, 01 de abril de 2022

Assinado por: **Nuno Miguel Gonçalves Marques**
Num. de Identificação: 09797149
Data: 2022.04.01 16:17:44+01'00'

Assinado por: **Carmen Fernandes Bragança Rodrigues**
Num. de Identificação: 12217898
Data: 2022.04.01 16:23:47+01'00'

Assinado por: **Sandra Cristina Roseiro Namora**
Num. de Identificação: 08861311
Data: 2022.04.01 17:10:43+01'00'